

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GABRIELA DE LUCA

**O desenvolvimento da noção de *Verstehen* em Georg Simmel**

Porto Alegre  
2017

GABRIELA DE LUCA

**O desenvolvimento da noção de *Verstehen* em Georg Simmel**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito complementar à obtenção de título de Mestra em Filosofia*

*Orientador: Felipe Gonçalves Silva*

*Co-Orientador: Eros Moreira de Carvalho*

Porto Alegre  
2017

#### CIP - Catalogação na Publicação

De Luca, Gabriela  
O desenvolvimento da noção de Verstehen em Georg  
Simmel / Gabriela De Luca. -- 2017.  
68 f.

Orientador: Felipe Gonçalves Silva.  
Coorientador: Eros Moreira de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto  
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Georg Simmel. 2. Filosofia das Ciências  
Humanas. 3. Compreensão. 4. Verstehen. 5.  
Perspectivismo. I. Gonçalves Silva, Felipe, orient.  
II. Moreira de Carvalho, Eros, coorient. III. Título.

GABRIELA DE LUCA

**O desenvolvimento da noção de *Verstehen* em Georg Simmel**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito complementar à obtenção de título de Mestra em Filosofia

*BANCA EXAMINADORA*

---

Prof. Arthur Bueno

---

Prof. Enio Passiani

---

Prof. José Pinheiro Pertille

Porto Alegre  
2017

## AGRADECIMENTOS

A meu pai, mãe e irmã, que souberam me apoiar, cada qual do seu jeito, e me incentivaram a dar o meu melhor na vida.

Ao meu companheiro, Anderson, que teve a tranquilidade de crescer comigo nesse processo.

Aos meus orientadores, Eros e Felipe, que sempre me incentivaram das mais diversas formas, desde críticas específicas a conversas descompromissadas.

Aos professores da banca, Arthur Oliveira Bueno, Enio Passiani e José Pinheiro Pertille, pela disposição em contribuir para a conclusão do trabalho. Em especial aos que participaram da banca de qualificação e que admiro pela sensibilidade em trazer sugestões com vistas a melhorar a investigação.

À professora Gisele Dalva Secco, que exemplifica nas aulas o aprofundamento de investigação e que me orientou, talvez sem saber, nas leituras filosóficas que fiz aqui.

Às pessoas que fizeram parte dessa jornada, que sem saber também me orientaram, em especial à Fabi, Bruna Toc e Bruna Holst.

Às equipes das bibliotecas da UFRGS, em especial das Ciências Humanas e da Escola de Administração, que sempre me receberam com tanta prontidão para pedidos de material bibliográfico.

À equipe técnica do Departamento de Filosofia, em especial Eliza, Sandra e Ítalo, sempre dispost@s a responder dúvidas e auxiliar nos processos burocráticos obrigatórios.

Enfim, a tod@s aquel@s que tornaram este mestrado tão diferente do anterior, fazendo-me vivenciar as múltiplas possibilidades da vida: obrigada.

## RESUMO

Tendo em vista uma contribuição para a discussão epistemológica sobre as ciências humanas e para o problema da objetividade do conhecimento científico que orientava os primeiros modelos filosóficos dirigidos à sustentação das *Geistwissenschaften*, esta dissertação procura reconstruir um modelo filosófico que teve papel ativo no debate, mas que ainda é pouco explorado em seu caráter epistemológico: o pensamento de Georg Simmel. Simmel fez parte de um grupo de filósofos alemães críticos ao nascimento naturalista das ciências humanas. Para eles, enquanto as naturais procuram explicar (*erklären*) a realidade por experimentação e análise causal, as ciências do espírito procuram compreender (*verstehen*) o fenômeno social através da interpretação das motivações dos indivíduos. Sua estratégia de penetração no fenômeno social recebeu o nome de *Verstehen*, ou compreensão. Devido à penetração no fenômeno social e aos diferentes pontos de vista abarcados, uma das críticas centrais enfrentada pelo grupo foi o perspectivismo, levantado como problema pelos positivistas. Simmel explorou o conceito de *Verstehen* partindo de uma crítica à visão mecanicista, circunscrita pelo realismo histórico e influenciada pelos pressupostos naturalistas e positivistas. Ademais, sua *Verstehen* sofreu modificações conceituais, as quais podem ser comparadas ao dividir o conjunto da obra simmeliana em dois grandes momentos epistêmicos: Idealista e Vitalista. Dada esta divisão, e tendo em mente o problema da objetividade e perspectivismo, a presente investigação é delineada a partir de três hipóteses iniciais. A primeira é, justamente, a existência de diferentes quadros conceituais em Simmel, os quais demonstram uma progressão intelectual madura e cada vez mais preocupada em explicar a natureza da *Verstehen* e como ela funciona. Esta hipótese contribui tanto para a discussão epistemológica das ciências, como para o melhor uso do autor, seja de seus escritos filosóficos ou sociológicos. A segunda hipótese refere-se especificamente ao conceito de *Verstehen*, admitindo-se a existência de duas noções de *Verstehen*, cada qual ligada a um dos períodos. Na fase Idealista, Simmel parece ter uma preocupação mais metodológica concernente à *Verstehen*. Na fase Vitalista, a *Verstehen* simmeliana surge como a relação fundamental entre indivíduos, ou seja, algo além de um conceito metodológico. De modo geral, a noção de compreensão perde o vínculo direto com a representação projetada e passa a vincular-se diretamente à noção de vida, como uma relação fundamental entre seres humanos. A terceira hipótese, por fim, vincula-se ao período Vitalista e tem como premissa um perspectivismo necessário para o conhecimento científico. Com o desenvolvimento intelectual da obra simmeliana, o perspectivismo deixa de ser um problema e passa a ser uma condição da investigação humana, uma condição que deve ser aceita com vistas a maior conhecimento científico da realidade social. Por fim, registram-se encaminhamentos para futuras investigações.

**Palavras-chave:** Filosofia das Ciências Humanas; Verstehen; Compreensão; Georg Simmel.

## ABSTRACT

In order to contribute to the epistemological discussion about the human sciences and to the problem of the objectivity of scientific knowledge that guided the first philosophical models aimed at sustaining the *Geistwissenschaften*, this dissertation seeks to reconstruct a philosophical model that played an active part in the debate, but rather it is still little explored in its epistemological character: the thought of Georg Simmel. Simmel was part of a group of German philosophers critical of the naturalistic birth of the humanities. For them, while the natural sciences seek to explain (*erklären*) reality by experimentation and causal analysis, the human sciences seek to understand (*verstehen*) the social phenomenon through the interpretation of the inner motivations of individuals. Their strategy of penetrating into the social phenomenon was called *Verstehen*. Due to the penetration of the social phenomenon and the different points of view, one of the central criticisms faced by the group was the perspectivism, raised as a problem by the positivists. Simmel explored the concept of *Verstehen* from a critique of the mechanistic view, circumscribed by historical realism and influenced by naturalist and positivist assumptions. In addition, his *Verstehen* underwent conceptual modifications, which can be compared by dividing the whole of the Simmelian work into two great epistemic moments: Idealist and Vitalist. Given this division, and bearing in mind the problem of objectivity and perspectivism, the present investigation is delineated from three initial hypotheses. The first is precisely the existence of different conceptual frameworks in Simmel, which demonstrate a mature and increasingly preoccupied intellectual progression in explaining the nature of *Verstehen* and how it functions. This hypothesis contributes as much to the epistemological discussion of the sciences, as to the best use of the author, or of his philosophical or sociological writings. The second hypothesis refers specifically to the concept of *Verstehen*, admitting the existence of two notions of *Verstehen*, each connected to one of the periods. In the Idealist phase, Simmel seems to have a more methodological concern about *Verstehen*. In the Vitalist phase, the Simmelian *Verstehen* emerges as the fundamental relationship between individuals, that is, something beyond a methodological concept. In general, the notion of *Verstehen* loses the direct link with projected representation, and becomes directly linked to the notion of life as a fundamental relation between human beings. Finally, the third hypothesis is linked to the Vitalist period and is premised on the perspectivism as necessary for scientific knowledge. With the intellectual development of the Simmelian work, perspectivism ceases to be a problem and becomes a condition of human inquiry, a condition that should be accepted resulting in greater scientific knowledge of social reality. Finally, there are guidelines for future investigations.

**Key words:** Philosophy of Human Sciences; Verstehen; Understanding; Georg Simmel; Perspectivism.

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	5
Resumo .....	6
Abstract.....	7
Sumário.....	8
Introdução .....	9
1 Idealista: o problema da <i>Verstehen</i> .....	17
2 Cultural: período de transição .....	32
3 Vitalista: a natureza da <i>Verstehen</i> .....	40
4 Desfecho provisório: Compreendendo a <i>Verstehen</i> simmeliana .....	53
5 Referências bibliográficas.....	65

## INTRODUÇÃO

A motivação que resultou nesta dissertação foi contribuir para a discussão epistemológica sobre as ciências humanas. Uma das maneiras de fazê-lo é preenchendo lacunas que ainda mostram-se presentes no debate filosófico sobre o assunto. Tendo em vista o problema da objetividade do conhecimento científico que orientava os primeiros modelos filosóficos dirigidos à sustentação das *Geistwissenschaften* (problema que já se colocava para autores como Dilthey, Rickert e Windelband, para citar alguns), a dissertação foi orientada pela busca em reconstruir o quadro epistêmico encontrado nos escritos filosóficos de Georg Simmel, salientando o modo peculiar como o autor procura harmonizar seu perspectivismo metodológico com a demanda por objetividade nas ciências humanas.

Georg Simmel (1858-1918) foi um filósofo alemão que deixou uma herança pulverizada ao longo do tempo, como ele mesmo previu, aliás, em um de seus aforismos mais conhecidos, no qual comparava sua herança intelectual ao dinheiro, ou seja, uma herança que poderia ser dividida entre seus(suas) herdeiros(as) de modo que cada um(a) a utilizasse como melhor lhe servisse (SIMMEL, 2010[1918]). Esta herança pode ser reconhecida na sociologia compreensiva weberiana, na Escola de Frankfurt e sua Teoria Crítica, na Escola de Chicago e no Interacionismo Simbólico, para citar algumas de suas influências mais diretas. Ademais, a partir de uma pesquisa anterior relacionada à sociologia do desvio de Becker (2008) e à teoria de carreiras de Hughes (1958), ambos sociólogos da Escola de Chicago, as bases filosófico-metodológicas da obra de Georg Simmel mostraram-se como elementares não apenas na história das ideias, mas no desenvolvimento de alguns dos mais proeminentes campos de pesquisa em ciências humanas na atualidade. Nesse sentido, é promissor investigar seu modelo filosófico, o qual teve papel ativo no debate concernente ao surgimento das ciências humanas, mas que ainda é pouco explorado em seu caráter epistemológico.

Simmel fez parte de um grupo de filósofos alemães que presenciaram o nascimento das chamadas “*Geisteswissenschaften*” enquanto disciplinas acadêmicas, como a História<sup>1</sup> e a Sociologia, fortemente baseadas em preceitos naturalistas tanto teórica quanto metodologicamente. Os preceitos naturalistas, desenvolvidos nas vertentes chamadas positivistas, incluíam neutralidade de quem investiga e descoberta de leis explicativas para o comportamento humano. O resultado científico deveria ser uma e única descrição da realidade. Para tanto, o procedimento metodológico mantinha-se, em geral, tal qual existia nas ciências naturais: coleta de dados, experimentação e reconhecimento de padrões quantitativos de

---

<sup>1</sup> Os termos História, Sociologia, Psicologia e Lógica, quando demarcados como nomes próprios, referem-se às disciplinas científicas dedicadas a seus respectivos objetos de estudo.

ocorrências. Apesar dos métodos naturalistas serem amplamente aceitos à sua época como sinônimo de cientificidade, o grupo supra citado passou a questionar a adequada aplicabilidade desses métodos aos objetos propriamente humanos. Esta discussão, emergente em meados do século XIX, teve como fundamento disciplinar a História, mas não ficou limitada a ela.

Wilhelm Dilthey, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Max Weber foram alguns dos participantes desse grupo (CAT, 2013), que podem inicialmente ser reunidos sob o rótulo de “hermeneutas”<sup>2</sup>. A crítica desse grupo tem como base a diferenciação iniciada por Kant entre natureza e história e desenvolvida por Dilthey entre as ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), também chamadas ciências humanas<sup>3</sup>. Essa separação primordial já os afasta de uma visão naturalista, que defende uma unidade metodológica de todas ciências.

Para os hermeneutas, um dos pontos centrais nessa diferença diz respeito ao objeto de investigação: as ciências do espírito lidam com objetos que têm consciência, com um objeto-sujeito (Reis, 1996). Por investigarem objetos que diferem fundamentalmente entre si, deveriam diferenciar os respectivos métodos e não transpô-los de uma área para a outra. Enquanto as naturais somente procuram explicar (*erklären*) a realidade por experimentação e análise causal, as ciências do espírito também procuram compreender (*verstehen*) o fenômeno social através da interpretação das motivações internas dos indivíduos. Com a compreensão, o(a) investigador(a) poderá interpretar os significados e intenções que levaram à ação a partir do ponto de vista do objeto-sujeito, o que seria impossível com objetos naturais estritos, como pedras, por exemplo. Consequentemente, os resultados de investigação também deveriam ser diferentes. No caso das ciências humanas, o resultado de investigação não será a demonstração de leis universais do comportamento humano ou histórico, mas o reconhecimento de mundos de significado particulares (SHERRATT, 2006).

A *Verstehen*<sup>4</sup> adquire centralidade e originalidade como conceito entre os hermeneutas (STUEBER, 2014; CAT, 2013) porque ela surge como estratégia de penetração no fenômeno

---

<sup>2</sup> Nas investigações da Filosofia da História também é utilizado o termo “interpretativistas”, devido ao ato de interpretar daquele(a) que investiga (REIS, 1996), e “historicista” (LITTLE, 2009), devido ao foco na perspectiva histórica.

<sup>3</sup> Ao longo do texto os termos “ciências do espírito” e “ciências humanas” são considerados sinônimos. O termo ciências do espírito não pretende aproximar-se à divisão cartesiana entre matéria e espírito, como Freund (1977) busca evitar.

<sup>4</sup> Dentre o conjunto de obras que tratam da *Verstehen*, que a consideram ou que a utilizam, as traduções podem ocorrer com *understanding*, no inglês, e compreensão ou entendimento, no português. Neste ensaio o termo será utilizado no original, conforme sugestão de Ferrater Mora (2001). No entanto, por questões gramaticais, foi necessário utilizá-la como compreensão ou compreender. A palavra entendimento não é considerada aqui como

social (SCHNÄDELBACH, 1991), de modo a reconhecer pontos de vista particulares e concretos (CAT, 2013). Ao contrário da orientação de neutralidade do(a) cientista natural, com a qual o(a) investigador(a) deve limitar-se aos fatos, afastando-se de inferências particulares e mais ainda do sujeito investigado, a *Verstehen* é justamente a aproximação íntima de quem investiga com seu objeto-sujeito (REIS, 1996), com seu ponto de vista e suas motivações. A esse desenvolvimento foi dado o nome de “historização do ato de compreender” (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 142), na qual:

autor, texto e intérprete entram por completo em um universo histórico, onde a compreensão não é um ato definitivo, sequer pode-se pensar como algo feito em um dado momento, já que ninguém está em condições de abarcar a ‘totalidade de sentido’ de um texto que se auto interpreta no âmbito histórico de sua própria redação (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 143).<sup>5</sup>

A historização retira o caráter estático da apreensão de sentido, como se o significado do fenômeno fosse universal e imutável, e coloca uma noção mais processual e fluída do ato de compreender, particularizando o significado a partir da penetração no objeto investigado e seu ponto de vista. Devido a esta penetração, uma das críticas centrais enfrentada pelos hermenutas foi o perspectivismo, levantado como problema pelos positivistas. Na História de “espírito positivo” (REIS, 1996, p. 5), por exemplo, cabia apenas “formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que faziam as ciências naturais” (REIS, 1996, p. 7). Objetividade significa, portanto, universalidade do conhecimento (REIS, 1996). Nessa acepção, os(as) positivistas criticavam os(as) hermenutas por serem subjetivistas e não explicarem como seria possível atingir uma verdade que não recaia em um perspectivismo ingênuo, já que abarcaria pontos de vista particulares, múltiplos e, provavelmente, contraditórios entre si. As orientações da vertente hermenêutica, em contrapartida, colocam em dúvida a possibilidade de um conhecimento histórico que seja objetivo e único no sentido epistemológico, já que a História, como ciência do espírito, abarca pontos de vista particulares. Sendo assim, a noção de objetividade precisaria ser revista para a defesa destas *Geisteswissenschaften* como ciência.

Simmel explorou o conceito de *Verstehen* partindo de uma crítica à visão mecanicista, circunscrita pelo realismo histórico e influenciada pelos pressupostos naturalistas. Simmel entendia que a orientação realista pretende reunir o maior número de fragmentos externos

---

sinônimo de *Verstehen*: “o lugar do entendimento [*Verstand*] são as camadas mais superiores, conscientes e transparentes de nossa alma” (SIMMEL, 2005[1903], p. 578).

<sup>5</sup> Tradução livre de “autor, texto e intérprete entran de lleno en un universo histórico, donde la comprensión no es un acto definitivo, ni siquiera se puede pensar como algo que se cumple en un momento dado, ya que nadie está en condiciones de abarcar la <<totalidad del sentido>> de un texto que se autointerpreta en el ámbito histórico de su propia redacción” (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 143).

para formar séries sistemáticas que seriam mais próximas da realidade “como realmente aconteceu” (SIMMEL, 1983[1918], p. 89). Para Simmel, essa visão é equivocada porque busca um resultado único, baseado na compilação supostamente neutra do maior número de eventos possível, considerando os últimos como objetos estritos e não objetos-sujeitos. Ademais, a visão mecanicista retira, segundo Simmel, a continuidade própria da vida vivida, sem preocupar-se em recuperá-la ao fim do processo científico. Para exemplificar este problema, Simmel lista uma série de ocorrências de um período passado:

dizemos que a Batalha de Zorndorf foi vencida por Frederico em 1758; que em seguida ele se dirigiu para a Saxônia a fim de ajudar o irmão Henrique; que nesse ínterim o ataque imprevisto de Hochkirch lhe causou terríveis perdas; que ele conseguiu encontrar Henrique graças a uma estratégia astuciosa (SIMMEL, 2011[1916], pp. 20-21).

Esta listagem coloca lado a lado eventos passados e cronologicamente dependentes um do outro. No entanto, esta série não carrega uma continuidade entre estes eventos. A razão disso, segundo Simmel, é a falta de um conceito unificador que dá coerência à narrativa. O resultado da inserção desse fio condutor é a recuperação do movimento próprio da vida.

Um ponto crucial a ser notado a partir daí é que a noção de “vida” fica mais presente no decorrer do desenvolvimento da obra simmeliana, permitindo influenciar-se pela emergente Filosofia da Vida da época. No caso da defesa simmeliana, a recuperação do movimento contínuo na série histórica é necessária por causa da perspectiva vitalista da *Verstehen*, trabalhada, de modo explícito, em um conjunto de ensaios escritos pelo autor em 1918 (os quais serão tratados aqui sob o rótulo de *Ensaio*). No entanto, já em 1892, com os *Problemas da Filosofia da História* (chamados a partir daqui de *Problemas*), Simmel já tratava de uma História compreensiva, mas sob uma perspectiva preponderantemente mais kantiana<sup>6</sup> que vitalista.

A distância de mais de dez anos entre esses trabalhos leva a crer que a busca por uma resposta à pergunta “como a história é possível?” levou Simmel a lapidar seu próprio pensamento. Consequentemente, espera-se que haja transformações conceituais entre a publicação dos *Problemas* e dos *Ensaio* e, portanto, entre o papel das definições de *Verstehen* expostas nelas, não sendo possível tratar toda a obra simmeliana como um único modelo epistemológico. De fato, os comentadores de Simmel dividem sua obra em períodos, ainda que de forma não plenamente consensual. Vandenberghe (2005), por exemplo, sugere três fases: a primeira delas sob influência “neodarwinista e positivista” (1879-1900), a

---

<sup>6</sup> Vandenberghe (2005, pp. 38-39) chega a apontar influências positivistas em Simmel, distinguindo três fases na carreira intelectual do autor. Vandenberghe insere a obra dedicada à Filosofia da História na segunda fase, provavelmente devido à última edição feita por Simmel em vida, em 1907. No entanto, a primeira publicação da obra foi em 1892 e não pode ser negligenciada.

segunda “neokantiana” (1901-1908) e a terceira propriamente “vitalista” (1906-1918). A divisão trifásica segue o exposto por Levine (1971). Ademais, Vandenberghe (2005) ainda aponta uma quarta fase, que abarcaria o conjunto de publicações sobre a guerra, as quais não caberiam na divisão filosófica apresentada. Ambos comentadores incluem os *Problemas* na fase neokantiana e os *Ensaio*s na vitalista. Bueno (2013) também divide a obra simmeliana em três fases, mas de um modo distinto. O autor reúne as anteriormente chamadas fases positivista e neokantiana em um único período, chamado de “Teleologia”, seguido por um período de transição, chamado “Cultivo”, ocorrido em meados de 1908, e um terceiro período posterior chamado “Vida”.

Em todas estas divisões percebe-se um certo consenso quanto à continuidade no desenvolvimento dos quadros conceituais presentes em cada período, desde uma visão neokantiana, baseada na diferença entre forma e conteúdo e focado nas ações individuais orientadas a fins, até uma visão vitalista, fortemente dependente do conceito de vida. No entanto, estas divisões são elaboradas do ponto de vista da ação social e de sua teoria da modernização. A nomenclatura utilizada por Bueno (2013), por exemplo, ressalta esse ponto de vista, já que salienta a mudança de entendimento quanto à ação social individual. No primeiro momento, a ação é orientada a fins; depois, é incluída a noção de cultivo e o indivíduo começa a perder seu papel central que, no último período, passa completamente para a noção de vida. Assim, no terceiro momento a ação social é considerada causa e consequência de interações sociais ininterruptas. Tais divisões podem ajudar a clarificar o desenvolvimento do conceito de *Verstehen* em Simmel, mas com a devida atenção quanto à sua adequada aplicabilidade ao ponto de vista epistêmico.

Do ponto de vista epistêmico, a divisão pode ser resumida em dois grandes momentos. O primeiro, com maior influência kantiana, denominado “idealismo histórico” (EDITOR, 1950, p. 261), e o segundo, denominado “vitalismo metafísico” (EDITOR, 1950, p. 261), marcado pela tentativa de atenuar as tendências relativistas de seu pensamento inicial. Esta divisão, no entanto, não considera o período de transição salientado por Bueno (2013) e que é importante no caso epistêmico porque revela as origens de transformações conceituais expostas no período tardio.

A partir do que foi apresentado até aqui e considerando o que se refere à Filosofia da História em Simmel, tanto os *Problemas* como os *Ensaio*s podem ser claramente inseridos em dois períodos distintos, que têm como características, respectivamente, o desenvolvimento de um pensamento *mais* idealista para outro *mais* vitalista. Essa ênfase se justifica pelo caráter acoplador do segundo período, pois a transformação do pensamento simmeliano parece se dar

mais em um sentido de complementação que ruptura, de modo que o modelo subsequente abarca o anterior. Entre eles, ainda, precisa ser considerado o período de transição de modo a explicitar conceitos que originaram-se nele. Sendo assim, utiliza-se aqui a divisão trifásica inspirada em Bueno (2013), mas denominada segundo as influências filosóficas de Simmel em cada período: Idealista, Cultural e Vitalista.

Dada esta divisão, a presente investigação é delineada a partir de três hipóteses iniciais. A primeira é, justamente, a existência de diferentes quadros conceituais em Simmel, de modo que não seria possível tratá-lo como um autor epistemologicamente unitário em sua produção intelectual, seja ela filosófica ou sociológica. Nesta investigação, espera-se que os diferentes quadros influenciem (ou sejam influenciados) pela noção de *Verstehen*. Considerando-o como um autor que cria e utiliza diferentes quadros epistêmicos, a leitura e o uso de suas teorias deverá, a partir de agora, submeter-se ao respectivo pano de fundo conceitual. Isto significa que não será possível considerar o diagnóstico da modernidade de Simmel como unitário.

A segunda hipótese refere-se especificamente ao conceito de *Verstehen*, que é observado com o objetivo de reconhecer seu papel e significado no quadro epistêmico simmeliano. Admite-se a existência de duas noções de *Verstehen*, cada qual ligada a uma das duas obras mais representativas tanto no período Idealista como no Vitalista. A primeira delas, publicada em 1892, é explorada com ênfase ao primeiro de seus três capítulos, intitulado “Sobre as condições internas da investigação histórica”<sup>7</sup> (1950[1907]b, p. 13-86), representando o período idealista, de influência kantiana<sup>8</sup>. Neste momento, Simmel parece ter uma preocupação mais metodológica concernente à *Verstehen*. Por isso, neste primeiro período o conceito de *Verstehen* não tem um papel central em sua reflexão filosófica. A segunda obra, intitulada “A natureza da compreensão [*Verstehen*] histórica” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 27-56), é um dos três ensaios do conjunto *Ensaio* sobre teoria da história (SIMMEL, 2011). Com ele, a *Verstehen* simmeliana surge como a relação fundamental entre indivíduos, ou seja, algo além de um conceito metodológico<sup>9</sup> e ganha papel central na exposição. O esclarecimento quanto às similaridades e diferenças entre os dois períodos ajudará na resolução do desentendimento quanto à defesa de Simmel em relação à *Verstehen*, isto é, se ela é de natureza metodológica, na qual o autor priorizaria os procedimentos práticos nas ciências humanas, ou epistêmica, na qual o autor priorizaria os conceitos que ajudam a

---

<sup>7</sup> Tradução livre de “Sobre las condiciones internas de la investigación histórica” (1950[1907]b, p. 13-86).

<sup>8</sup> É fundamental salientar que a obra foi editada por Simmel em 1907, ajustando suas teses ao desenvolvimento intelectual que ele sofreu ao longo deste período, principalmente com a Filosofia da Cultura.

<sup>9</sup> Para caracterizar o período Vitalista, foi também utilizado o ensaio “A forma da história” (SIMMEL, 2011[1918]a, pp. 27-56), devido ao caráter fortemente complementar ao primeiro.

compreender como o conhecimento humano é formado. Ao longo desta investigação perceberemos que ela tem uma origem metodológica, mas se desenvolve em um sentido marcadamente epistêmico.

Por fim, a terceira hipótese refere-se ao problema do perspectivismo, abarcado por Simmel no chamado período Vitalista. Nele, considerando a *Verstehen* como constitutiva de fenômenos sociais, a *Verstehen* precisa ser considerada como parte da investigação humana, submetida a um processo metodológico que a capture. Com isso, a *Verstehen* vitalista deixa de ser solução metodológica para o problema da separação das ciências ou sua possibilidade histórica, e passa a ser a justificativa ontológica para suas respostas. O perspectivismo, por sua vez, deixa de ser um problema e passa a ser uma condição epistemológica da investigação humana, uma condição que deve ser aceita com vistas ao maior conhecimento científico da realidade social – e não o contrário.

O esclarecimento quanto a estas três hipóteses poderá iluminar problemas ainda enfrentados nas disputas entre ciências humanas e naturais, e entre aqueles(as) que defendem sua unificação ou separação. Para além desta contribuição mais ampla, esta dissertação também pretende colaborar para desvelar a nebulosidade peculiar sobre os conceitos e posicionamento epistemológico de Georg Simmel. Esta nebulosidade pode ser decorrência da chamada falta de sistematização do autor, por vezes criticada por ser considerada inapropriada para o desenvolvimento de teses filosóficas e, outras vezes, elogiada por seus comentadores mais diretos, como Lukács (2006[1918]) e Waizbort (2013), que relacionam a forma de escrita com o conteúdo defendido pelo filósofo. Independente do motivo para essa falta de precisão conceitual, as obras dedicadas à teoria do conhecimento nas ciências humanas, sejam analíticas ou historiográficas, pouco citam o autor e raras vezes aprofundam seus conceitos, mesmo tendo Simmel desenvolvido uma obra inteira dedicada ao tema e existindo referências diretas sobre sua importância para a área (LUKÁCS, 2006[1918]).

Dado que a filosofia deve responder aos problemas fazendo uso de teorias que demonstrem o que solucionam, “o elemento lógico deve assumir em toda filosofia, não uma função de tradução (de uma paisagem mental ou de uma intuição), mas uma função de validação e mesmo de constituição. Daí a importância da sistematização” (GUEROULT, 2015[1970], p.167). É preciso, portanto, estudar Simmel em suas aparições e omissões, suas criações e conquistas, de modo a organizar seu trabalho e transformá-lo em terreno ainda mais fértil para a ciência (WOLFF, 1950). Portanto, o objetivo aqui é, de modo geral, sistematizar as obras circunscritas na noção simmeliana de *Verstehen*, tendo em vista o esclarecimento dos

seus conceitos e, conseqüentemente, a sua contribuição para o debate da Filosofia das Ciências.

A investigação é apresentada por capítulos que seguem o desdobramento temporal da obra. Cada capítulo tem um parágrafo inicial, no qual fica resumido todo seu conteúdo, o qual é desdobrado e aprofundado em seguida. O primeiro capítulo apresenta o quadro conceitual do período Idealista, seguido pela apresentação do período Cultural, ou de transição, e, por fim, o período Vitalista. Com estes três capítulos buscou-se explorar as diferenças entre os conceitos, de modo geral, e da *Verstehen*, especificamente. Por fim, o quarto capítulo apresenta o problema perspectivista e dá encaminhamentos para futuras investigações que explorem questões tangentes e subsequentes à esta investigação, tais como: explorar a relação da *Verstehen* simmeliana com as propostas por autores centrais ao tema, como Dilthey e Weber; revisar o papel da *Verstehen* simmeliana no conjunto das análises sociológicas de Simmel, o que teria por resultado tanto reconstruções conceituais quanto de seus diagnósticos de tempo; e aprofundar a investigação feita aqui com vistas a encontrar caminhos metodológicos frutíferos nas ciências humanas.

## 1 IDEALISTA: O PROBLEMA DA *VERSTEHEN*

Na fase Idealista, a História é entendida como uma ciência que une Lógica e Psicologia, contemplando o que há de geral e o que há de particular nela. A argumentação dos *Problemas* dá ênfase aos *a priori* envolvidos na investigação histórica: os *a priori* psicológicos e os *a priori* históricos. Os *a priori* psicológicos são (1) a relação interno/externo e (2) a unidade da alma. Estes *a priori* fazem parte da investigação histórica, mas não são suficientes para a formação de sua verdade. Para isso são utilizados *a priori* históricos, os quais darão forma ao quadro histórico. O primeiro *a priori* explorado por Simmel é o da unidade do personagem histórico, individual ou coletivo, que é uma projeção da(s) personalidade(s) histórica(s). Essa categoria é o centro de sua argumentação, a partir da qual desdobram-se as demais e a compreensão. A *Verstehen* emerge como solução para o problema da projeção de uma personalidade histórica. A partir dela, questiona-se como é possível formar uma imagem unitária a partir de fragmentos do passado. Para responder a essa pergunta, Simmel apresenta o segundo *a priori* histórico envolvido: o da lei do sentido. A lei do sentido seria uma necessidade humana de dar coerência às imagens criadas. Esta unidade coerente, realizada por causa da necessidade humana pela unidade e por causa do objetivo em formar o personagem, é possível pelo terceiro *a priori* histórico: o conceito unificador. Com vistas a formar um personagem unitário e a orientar as escolhas de eventos a serem usados, o historiador escolhe um conceito unificador. Por um lado, apesar de ser uma escolha, ela é limitada pelos conteúdos da realidade vivida, pela personalidade histórica e pelas formas sociais. As últimas também são consideradas como um *a priori* histórico por Simmel. Por outro lado, sendo uma escolha, o conceito unificador dá, em algum grau, liberdade ao historiador, que recorrentemente é comparado ao artista, pois ambos incluem um fator subjetivo na formação dos quadros – seja artístico ou histórico. A analogia com a arte é ampliada para explicar a validade objetiva do quadro histórico formado e a impossibilidade de reproduzir o passado àquilo que realmente aconteceu, em todos seus aspectos. Ao fim, Simmel conclui que o resultado da investigação científica histórica é uma forma da história que une a teleologia do *a priori* psicológico adequado à compreensão com a teleologia da unidade objetiva-científica. A primeira teleologia deve considerar a ação orientada a fins realizada pela personalidade histórica – ela está relacionada à *Verstehen*. A segunda teleologia deve considerar os objetivos do conhecimento vislumbrados pelo historiador, ou seja, a ação orientada a fins de conhecimento – ela está relacionada à verdade histórica. A união entre as

chamadas teleologias ocorrerá pelo conceito unificador, o que permitirá a conclusão de que ele é a principal categoria do período Idealista.

A pergunta fundamental que norteia a obra *Os problemas da Filosofia da História* é “como a história é possível?” (SIMMEL, 1950[1907], p. 9). Esta pergunta vai ao encontro do que Simmel entende como o papel da Filosofia da História: analisar as condições metodológicas e conceituais que transformam a realidade vivida em verdade histórica. Para Simmel, já era reconhecido o caráter modelador do espírito frente à natureza, submetendo-a às categorias do entendimento que engendram a sua representação. No entanto, esse caráter não era ainda reconhecido na história, pois as categorias não estão separadas da matéria de um modo tão nítido como na natureza. A dificuldade em perceber a presença de categorias na história é devido ao seu objeto, considerado como impulsos e reações da alma particular, em sentido psicológico, os quais resultam nos acontecimentos exteriores.

Para Simmel, o caráter psíquico poderia levar à imposição de um ideal de leis psicológicas. No entanto, as leis registram o geral dos objetos e suas causas, e os objetos do conhecimento histórico são particulares. Logo, as leis psicológicas precisam reconhecer algo em comum em todos indivíduos e, ao mesmo tempo, permitir a expressão singular de suas ações, ou seja, (1) segundo leis gerais que afetam tanto a existência individual como a qualquer outra existência e (2) segundo a matéria fática, que de certo modo determina a seleção, combinação, medida e índole da vigência dessas leis, permitindo conciliar a validade de leis com a singularidade dos indivíduos históricos. De certo modo, a história é “um intermédio entre a análise lógica ou objetiva de nossos conteúdos anímicos e a psicologia, que é a análise puramente dinâmica dos movimento anímicos dos conteúdos”<sup>10</sup> (SIMMEL, 1950[1907], pp. 16-17). À História interessa o conteúdo em sua mobilidade e desenvolvimento psíquicos. O que interessa na construção da basílica de São Pedro, utilizando o exemplo de Simmel (1950[1907], p. 16), não é a basílica, mas ela como ponto de transição de séries intelectuais, volitivas ou afetivas – como desenvolvimento psicológico dos indivíduos.

As leis psicológicas precisam de um *a priori* com o qual sejam aplicadas universalmente, tornando-a lei, mas que mantenha o caráter singular de seu desenvolvimento psicológico, tornando-a particular. Por isso torna-se primordial para Simmel questionar e definir quais os *a priori* envolvidos no conhecimento histórico (SIMMEL, 1950[1907]), p.

---

<sup>10</sup> Tradução livre de “un intermedio entre el análisis lógico u objetivo de nuestros contenidos anímicos y la psicología, que es el análisis puramente dinámico de los movimientos anímicos de los contenidos. A ella le interesa el contenido en su movilidad y desarrollo psíquico” (SIMMEL, 1950[1907], p. 16-17).

10). São eles que recebem a maior atenção do Simmel idealista, que tinha como objetivo conservar a mesma autonomia do Eu que Kant conservou frente à natureza, agora na História. Para Simmel, Kant pôde reconhecer os *a priori* porque os separou de todo o empírico e é isto que Simmel também pretende, identificando as categorias presentes na experiência de processos anímicos e, em seguida, no conhecimento histórico.

Simmel diferencia dois tipos de *a priori* encontrados nos processos anímicos: as “formas mais gerais”, aplicadas a qualquer conteúdo, e as “formas especiais”, que só podem ser aplicadas como *a priori* em determinados conteúdos. De um lado, trata-se de uma lei que assemelha conteúdos distintos em um único conceito, os quais Simmel chamou de *a priori* psicológicos. De outro, trata-se dos supostos metódicos, ou de outra natureza, que servem a um domínio de conhecimento particular (SIMMEL, 1950[1907], p. 19), os quais Simmel chamou de *a priori* históricos.

Os *a priori* psicológicos apresentados nos Problemas são dois: a relação interno/externo e a unidade da alma. O primeiro trata-se do pressuposto da relação causal entre a motivação psíquica e a ação exterior resultante dela. Esperar que a ação exterior seja decorrente de um impulso interior é uma hipótese geral que, por sua função, é um *a priori* de toda relação cognitiva e prática entre sujeitos. Só é possível pensar na ação exterior como reflexo de uma motivação interior porque estabelecemos, nós mesmos, conexões psicológicas desse tipo. Ao mesmo tempo que Simmel adverte quanto à impossibilidade de captar a real motivação anímica, o autor também adverte quanto à necessidade de considerar ao menos alguma motivação possível para a compreensão do fenômeno histórico. Além deste *a priori*, que resumo aqui como a relação interno/externo, existe o da unidade da alma. Para Simmel, é o *a priori* psicológico da unidade da alma que capacita os indivíduos a produzir complementos para os eventos psíquicos, os quais são velados parcialmente. Este *a priori* permite observarmos o outro como uma unidade, mesmo sem conhecermos todas suas características, experiências ou motivações.

Para Simmel é fundamental que o historiador tenha consciência da existência dos *a priori* psicológicos, pois com ela ficarão mais evidentes os *a priori* históricos envolvidos na investigação. Chamados também de supostos metódicos, os *a priori* históricos são determinados ao início da investigação, influenciando as escolhas do historiador e o caráter hipotético da explicação do acontecimento histórico.

O primeiro *a priori* histórico apresentado por Simmel é o do *personagem histórico*. O que Simmel chama de unidade da personagem histórica – individual ou coletiva – é um

suposto sem o qual não se compreende unitariamente os dados históricos. É, portanto, um suposto metódico para a História.

O intuito de Simmel é investigar, primeiro, a construção psicológica que determina a personalidade histórica, seja individual ou coletiva<sup>11</sup>. Para ele, o historiador pode chegar a uma imagem total de uma personalidade pelas manifestações exteriores particulares, mas só poderá interpretar e agrupar essas particularidades com base em uma imagem total já existente da personalidade. O historiador precisaria, portanto, iniciar o processo de investigação com uma imagem hipotética, neste caso o chamado personagem histórico, um personagem unitário individual ou coletivo formado a partir de personalidades históricas reais. Com o personagem histórico, o historiador poderia avançar na investigação, interpretando os fenômenos como desenvolvimento psíquico desse personagem, até que estes mesmos fenômenos passariam a validar o personagem formado, ou não. A hipótese inicial do personagem histórico apoiaria a série de fenômenos até que a série, por sua vez, apoiasse a hipótese inicial do personagem formado.

Este personagem será uma forma unitária de um indivíduo ou de um grupo, baseado em personalidades históricas reais. Assim como na alma individual, Simmel supõe aqui que a alma social é tão unitária que os fragmentos que se conhece permitem inferir conclusões que incluem o que não é conhecido. Um “partido”, por exemplo, pode ser uma criação unitária do historiador a partir de manifestações de partes específicas desse grupo diversificado (SIMMEL, 1950[1907], p. 38). Para dar forma unitária ao personagem, o historiador precisará compreender (*verstehen*) a personalidade histórica.

A *Verstehen* surge para solucionar o problema entre a forma do personagem e da personalidade, ou seja, entre o que é criado pelo historiador e o que realmente aconteceu. Para Simmel, existe uma transição direta entre a unidade das pessoas e dos grupos, que é uma forma metódica da história para apreender o acontecer, e a unidade real, vivida e psicológica:

a similaridade substancial de processos reunidos por um determinado marco exterior, suas relações funcionais, a possibilidade de sua ordenação teleológica, tudo isto favorece a *projeção* sobre uma unidade nitidamente caracterizada, que resolverá por si mesma se deverá reconhecer a existência de momentos ulteriores como concomitantes ou se devem ser desconsiderados<sup>12</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 38, grifo meu).

---

<sup>11</sup> A suposição de que sempre há busca consciente nas ações dos indivíduos e grupos, com um caráter teleológico, é ingênua para Simmel. Ações que uma vez foram conscientes, depois de praticadas muitas vezes tornam-se mecânicas (como o dedilhar do pianista), assim como o oposto, quando limitamos nossos instintos devido a normas sociais, por exemplo. Ademais, aqueles que se referem ao individual, tendem a atrelar motivações mais conscientes que os da massa. Por isso, antes da questão consciente ou inconsciente, o desafio primeiro é a construção psicológica que determina a imagem da personalidade histórica (SIMMEL, 1950[1907]).

<sup>12</sup> Tradução livre de “el parentesco sustancial de procesos reunidos por un determinado marco exterior, sus relaciones funcionales, la posibilidad de su ordenación teleológica, todo esto favorece la *proyección* sobre una

A noção de *projeção* é a que resume o entendimento idealista da compreensão. Ela é definida como a possibilidade do sujeito experimentar os processo anímicos que já foram experimentado por outros sujeitos (SIMMEL, 1950[1907]). A título de exemplo, é possível entender a lei da gravidade de modo não histórico, ou seja, suas regras para aplicação científica. Neste caso, situar Newton em um contexto histórico não é necessário. No entanto, diz Simmel (SIMMEL, 1950[1907], p. 42), compreender a lei da gravidade historicamente requer a menção a seu idealizador, de modo a criar uma imagem a partir da qual fatos psicológicos de natureza individual, social, histórico-científica e artística são interpretados, selecionados e combinados pelo historiador. Para relacionar o aspecto histórico desse conteúdo, o historiador contrapõe sua identidade com a da personalidade, no caso Newton, em uma reprodução intelectual por meio de hipóteses causais, psicológicas, analíticas e sintéticas daquilo que se passava na alma de Newton. Desse modo, os pensamentos, sentimentos e aspirações vividas pelo investigador são agora representados como de outro, no sentido histórico-psicológico. Esta representação do desenvolvimento psicológico de Newton não será a repetição exata do conteúdo da consciência das pessoas históricas, mas uma projeção da personalidade histórica Newton – será, enfim, o personagem histórico Newton criado pelo historiador. Ao reproduzir as motivações da personalidade histórica, ocorre uma transformação psíquica que se distingue tanto das motivações da vivência da personalidade estudada como das motivações da vivência do historiador. O enigma do conhecimento histórico é justamente essa reprodução da subjetividade da personalidade que, por sua vez, só é possível pela subjetividade do historiador. A solução deste enigma está na compreensão que projeta o personagem histórico (SIMMEL, 1950[1907]).

Ao compreender a personalidade histórica, o historiador revive suas experiências e projeta um personagem, o qual é dado como unitário quando percebido como válido. Ao adquirir validade, a imagem transcende o historiador e estende-se à existência histórica. O processo de compreensão que resulta em uma projeção carrega, então, outro enigma: como é possível formar uma imagem válida a partir de fragmentos do passado e da compreensão de suas motivações? Esta questão emerge quando Simmel faz uma analogia com a poesia. Considerando uma poesia bem escrita, atribui-se uma validade geral à ela. Esta validade com um caráter geral é percebida por todos que a leiam. A possibilidade de perceber a validade geral da poesia é, para Simmel, uma qualidade psicológica imediata, como um acaso. Simmel entende

---

unidad nítidamente caracterizada, que en adelante resuelve por sí misma si se debe reconocer la existencia de momentos ulteriores a la concomitancia o si deben ser rechazados” (SIMMEL, 1950[1907], p. 38, grifo meu).

que o resultado válido acontece por causa de uma espécie de necessidade psicológica de validade, própria dos sujeitos humanos que criam determinados quadros.

Com esta analogia, Simmel busca mostrar que a validade objetiva da imagem de um personagem histórico, por exemplo, não se deve somente às manifestações externas supostas como resultado de intenções internas do objeto investigado, mas também ao sentimento imediato de validade vivenciado pelo historiador. Quando compreende-se uma personalidade histórica, ou seja, quando é realizada a projeção como personagem histórico, esta projeção é uma cristalização que reúne o desenvolvimento psicológico da personalidade e o sentimento do historiador de validade do personagem projetado. Este sentimento de validade é sentido persuasivamente pelo historiador.

Para Simmel, a persuasão destas forças é decorrente de uma necessidade de unir os elementos e lhes dar coerência. Esta necessidade é atribuída ao segundo *a priori* histórico: a *lei do sentido*. A lei do sentido é um sentimento do sujeito que investiga e lhe possibilita reviver a experiência do outro, unindo os fragmentos previamente separados (SIMMEL, 1950[1907], p. 51). O historiador poderá deduzir dos fragmentos particulares os conceitos mais gerais – ou seja, une a Psicologia e a Lógica. Para Simmel, essa dedução poderia resolver o problema levantado na reprodução das motivações da personalidade histórica porque o historiador poderá dar uma validade suprapessoal à imagem psíquica por meio de um conceito mais geral, que lhe conferirá universalidade.

A noção de conceito mais geral cristaliza-se em Simmel como o terceiro *a priori* histórico, chamado de *conceito unificador*. O conceito unificador tem um papel central no período idealista, salientando a atenção dada aos conceitos e categorias apriorísticas. Este conceito é a categoria segundo a qual o historiador escolhe o que será reunido no seu quadro histórico. É uma escolha, portanto, baseada “em uma ideia objetiva colocada por cima dela [da realidade vivida] – por mais que esta realidade seja o fundamento sem o qual o conceito não poderia resultar em uma ‘história’”<sup>13</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 59).

Simmel exemplifica o que é o conceito unificador a partir do exemplo da investigação histórica das ações de um governante. Neste tipo de investigação, os aspectos relevantes que serão considerados serão escolhidos com vistas a formar a imagem do governante, ainda que seja comum o entendimento de que a vida da personalidade histórica é algo além dela como governante. A formação do personagem histórico *governante* utiliza o conceito unificador “política” para selecionar os conteúdos da vida da personalidade histórica. O conceito, por sua

---

<sup>13</sup> Tradução livre de “en una idea objetiva colocada por encima de ella – por más que esa realidad sea el fundamento sin el cual estos nexos no pueden constituir una “historia” (SIMMEL, 1950[1907], p. 59).

vez, talvez jamais esteve na consciência da personalidade histórica investigada. Partindo do complexo da vida da personalidade histórica, que ninguém é capaz de apreender<sup>14</sup>, o historiador forma outro, tendo como *a priori* histórico o conceito unificador “política”. A partir deste suposto metódico, os conteúdos são entrelaçados segundo suas orientações. O conceito unificador, portanto, determina as escolhas feitas pelo historiador. O conceito unificador orienta o ponto de vista do historiador, o qual é diferente do Eu vivido que teve as motivações para os eventos. A verdade histórica será resultado do ponto de vista do historiador guiado pelo conceito unificador que vislumbra formar séries objetivas do conteúdo.

O primeiro [o sujeito que vive] sempre tomará consciência desse estado desde baixo, diríamos, e o historiador desde cima. Para o sujeito que vive, tudo depende da forma pela qual a *vida* apodera-se dos conteúdos reais e ideais de suas fontes [...]. A história, por sua vez, não dispõe da categoria sobre a qual existe no vivido, cujos objetos são conteúdo, mas nos conteúdos que são vividos por um sujeito. Seu interesse por uma vida nunca procede do mero fato de ter sido vivida – o qual, contudo, constitui o interesse primário do sujeito real –, mas no fato de que necessita ser enlaçado a determinados conteúdos que são essenciais para ela [a história], e somente a descrevem na medida em que estes conteúdos tenham se realizado, mediata ou imediatamente, nela<sup>15</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 61).

O historiador terá um compromisso com o conhecimento histórico que a personalidade investigada nunca teve. A verdade histórica e a realidade vivida serão, inevitavelmente, distintas. Sua distinção se deve aos três *a priori* históricos – conceito unificador, lei do sentido e personagem histórico – escolhidos e sentidos pelo historiador. Por fim, estes *a priori* relacionam-se e limitam-se pela quarta categoria: as *formas sociais*.

Para Simmel, existem forças impessoais que são causas e consequências dos atos e estados das personalidades históricas. Direito e costume, por exemplo, não se produzem sem uma atividade consciente de alguns indivíduos, mas sua síntese de contribuições é independente deles e não recai na consciência de cada um de seus autores. Estas formas sociais são criadas pelos indivíduos conscientes de sua finalidade, mas são constituídas por um processo de formação que não se realiza em cada um em particular. Quando formadas,

---

<sup>14</sup> Simmel se preocupa aqui em esclarecer a diferença do ponto de vista da Psicologia e da História. Uma decisão política do ponto de vista psicológico demanda compreender, idealmente, toda a vida do sujeito. Na História, com fins de conhecimento que constroem um ser irreal que porta as ações políticas e que é independente do sujeito vivente, não interessa toda a vida. O historiador trata seu herói *como se* fosse exclusivamente político. Sem dúvida, segue Simmel, ao explicar um acontecimento por outro, o historiador pensa psicologicamente, mas é uma psicologia submetida à ideia de, ou conceito unificador, política (SIMMEL, 1950[1907], p. 59).

<sup>15</sup> Tradução livre de “el primero [o sujeto que vive] siempre tomará conciencia de ese estado desde abajo, diríamos, y el historiador desde arriba. Para el primero todo depende de la forma de la *vida* como tal que se apodera de los contenidos reales e ideales desde sus fuentes [...]. La historia, en cambio, no dispone de la categoría bajo la cual existe en lo vivido, cuyos objetos son los contenidos, sino en los contenidos que son vividos por un sujeto. Su interés por una vida nunca procede del mero hecho de haber sido vivida – lo cual, sin embargo, constituye el interés primario del sujeto real –, sino que necesita ser enlazado a determinados contenidos que son esenciales para ella [a historia], y sólo la describe en la medida en que estos contenidos se han realizado, mediata o inmediatamente, en ella” (SIMMEL, 1950[1907], p. 61).

atuam sobre o indivíduo como formas espirituais que possuem uma existência ideal independente da consciência individual. Na investigação histórica, é necessário considerá-las como supostos metódicos e perceber sua influência nas motivações das personalidades. Esta qualidade apriorística das formas sociais é perdida no decorrer do pensamento simmeliano. As formas sociais, também traduzidas como “formas de sociação”, passarão a ser entendidas como dinâmicas, mutáveis e contextuais, influenciando e sendo influenciadas pelos indivíduos, mesmo quando aparentemente independentes dos seres sociais, como nos futuros diagnósticos da tragédia da cultura<sup>16</sup>.

A subordinação das escolhas feitas pelo historiador aos conteúdos e formas sociais não é suficiente para a produção de quadros históricos semelhantes. Para Simmel, mesmo utilizando as mesmas categorias apriorísticas, submetidas aos mesmos conteúdos (por exemplo, as mesmas formas sociais, personalidades, conceitos unificadores e lei do sentido), os quadros formados serão diferentes entre si. Isso se deve ao fator subjetivo envolvido no processo, explicado em analogia com a arte e o processo de criação artístico.

Simmel recorrentemente utiliza analogias com a arte porque a entende como um extremo absoluto para expor a relação entre verdade histórica e realidade vivida. Na arte, os princípios que selecionam os elementos a serem considerados para a pintura se distanciam da totalidade do ser e acontecer real e, por isso mesmo, conferem à subjetividade individual do artista uma ampla margem de seleção e configuração, a qual a ciência, evidentemente, nunca poderia ter. Assim, no caso da História, o historiador terá certa autonomia para compor os fragmentos da realidade, mas também será limitado pelos objetivos do conhecimento. Cada quadro histórico é algo subjetivo, uma subjetividade orientada para o objetivo científico do historiador, separado da realidade histórico, porém limitado por ela. A realidade histórica dá indicações precisas para qual das configurações ir e quais conceitos utilizar. Por causa dessa limitação, o fator subjetivo na história não é uma arbitrariedade completa, como o é na arte.

Simmel exemplifica a manifestação do fator subjetivo evidenciando as diferenças que se manifestam na exposição histórica e biográfica segundo um historiador que seja mais racionalista ou impulsivo, mais burguês ou mundano ou que viveu em uma comunidade mais reprimida ou livre: são diferentes retratos da mesma pessoa. Ainda assim, tanto um quanto o outro podem ser aceitos como conhecimento científico. A objetividade do conhecimento

---

<sup>16</sup> O papel da Sociologia seria investigar as formas de sociação, pois “caso se possa dizer que a sociedade é ação recíproca entre indivíduos, então a descrição das formas dessas ações recíprocas constituiria a tarefa da ciência social no sentido mais próprio e rigoroso de ‘sociedade’” (SIMMEL, 2006[1917], p. 33). No desenvolvimento de seu pensamento, Simmel passa a demarcar a capacidade dos indivíduos em criarem formas de sociação, o que culminará numa revisão de sua Sociologia, de 1908, principalmente com a obra *Questões fundamentais da sociologia*, publicado em 1917, apelidada de “pequena Sociologia”.

implica essa multiplicidade subjetiva que demanda, assim, categorias metódicas e objetivas para sua formação (SIMMEL, 1950[1907], p. 74).

A exposição feita por Simmel tanto aumenta como diminui a distância da História com seu objeto, uma distância que o realismo deseja eliminar. Simmel exige, por um lado, uma representação do vivido, feita pelo historiador que compreende a personalidade histórica, aproximando-os. Por outro, esta representação é submetida a um conceito deliberado pelo historiador, afastando-o do realmente vivido. Por essas duas exigências, a História não é uma cópia da realidade, mas também não é uma forma puramente imaginária. É, sim, uma transformação da realidade vivida, dependente dos fins construtivos do conhecimento, das categorias apriorísticas que emergem deste modo de conhecimento e dos conteúdos vividos.

Somente com essas reflexões psicológicas se completa a refutação do realismo histórico, porque somente elas mostram que naquele ponto em que parecia estar dada a mais plena concordância entre o conhecimento e o conhecido, e até parecia evidente por nossa necessidade de reprodução – que somente naquele ponto a formação ulterior, que transcende a simples identidade, engendra o conhecimento histórico<sup>17</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 71).

Simmel admite que a dependência na subjetividade poderia ser considerada um defeito do conhecimento histórico, mas para ele este é um daqueles defeitos que, se suprimido, suprime o produto que se pensava enaltecer por meio da supressão. Para Simmel, quando Ranke pretende extinguir o Eu para ver as coisas como propriamente foram, acaba por suprimir o resultado esperado, pois suprimindo o Eu não sobraria nada para compreender o Não Eu. Isso porque (1) o Eu é o veículo de toda representação em geral e (2) porque os conteúdos particulares, acessíveis unicamente por meio da vivência pessoal, são a matéria imprescindível para toda compreensão dos demais. A subjetividade da vivência reproduzida (ou seja, o que inibiria o conhecimento) é a condição necessária para que possa produzi-lo.

Por fim, Simmel parece justificar a multiplicidade de quadros históricos formados, tendo como ponto central as categorias apriorísticas, psicológicas e históricas existentes apenas em casos de investigação humana. Para Simmel, as ciências do espírito exploram uma relação mais direta entre quem investiga e seu objeto, pois ambos são espírito, e o erro do naturalismo é considerar a possibilidade da cópia de um pelo outro. Com este erro, seguia-se atribuindo à História a missão de ver o acontecimento “tal qual aconteceu”. No entanto, a verdade histórica:

---

<sup>17</sup> Tradução livre de “sólo con esas reflexiones psicológicas se completa la refutación del realismo histórico, porque sólo ellas muestran que en aquel punto en que parecía estar dada la más plena concordancia entre el conocimiento y lo conocido, y hasta parecería hacerse evidente por nuestra necesidad de reproducción – que sólo en aquel punto la formación ulterior, que trasciende de la simple identidad, engendra el conocimiento histórico” (SIMMEL, 1950[1907], p. 71).

não é uma mera reprodução, mas uma atividade espiritual que faz de sua matéria, dada como reprodução interior, algo que ela ainda não é em si, e por meio de uma síntese resumida de suas particularidades, fazendo-lhe perguntas, sintetizando o singular no sentido que jamais existiu na consciência de seu ‘herói’, atribuindo significações e valores de sua matéria, a qual configura este passado em um quadro cuja representação surge como frutífera para *nós*<sup>18</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 54-55, grifo do autor).

Narrar a história “tal qual aconteceu” é o mesmo que exigir uma ciência de totalidade do passado para Simmel. No entanto, a possibilidade da História como ciência de totalidade é excluída pelo autor porque (1) é impossível abarcar o todo, (2) carece de um ponto de vista e (3) carece de uma categoria que reúna os elementos e os submeta a determinados requisitos (SIMMEL, 1950[1907], p. 64), justificativas muito próximas das apresentadas pelos hermenêutas. A título de esclarecimento, Simmel utilizou o processo de criação de uma autobiografia. Nela, onde o original da construção do conhecimento está presente na consciência, fica claro que desta matéria se constitui uma unidade de conhecimento segundo formas apriorísticas que podem ser aplicadas à matéria, mas que não derivam dela. Essa nova forma precisa complementar as lacunas do que foi retirado, o que é feito pela colocação de pontos de importância orientados por conceitos unificadores. O exemplo da autobiografia é suficiente para Simmel, pois demonstraria que, mesmo quando o próprio vivente é o historiador, não é possível realizar uma cópia do que foi vivido.

A objetividade da verdade histórica é elaborada por Simmel em comparação à objetividade da obra de arte. A universalidade de sua validade não é reflexo de um conceito lógico geral, o qual representa uma pluralidade de objetos por meio da representação de seus aspectos comuns. A universalidade da validade da obra de arte é evidente na pluralidade de sujeitos capazes de perceber sua validade. Explicando deste modo, Simmel inverte a fonte de objetividade: enquanto nas ciências naturais ela está no objeto, ou na multiplicidade dos objetos que a lei ou o conceito conseguem abarcar, na História ela está no sujeito, ou na multiplicidade de sujeitos que ela consegue capturar. Ela é uma unidade de “pluralidade de almas” (SIMMEL, 1950[1907], p. 75), não de coisas. O essencial da projeção da personalidade histórica, resultante no personagem, é a configuração objetivamente perfeita do individual a fim de ser reproduzido e compreendido por uma pluralidade de observadores, no interior de suas subjetividades. Atribuir ao individual esse tipo de universalidade é o segredo

---

<sup>18</sup> Tradução livre de “no es una mera reproducción, sino una actividad espiritual que hace de su materia, dada como reproducción interior, algo que ella aún no es en sí, y no por medio de una síntesis compendiosa de sus particularidades, sino formulándole preguntas, sintetizando lo singular en un sentido que a menudo jamás existió en la conciencia de su ‘héroe’, ahondando significaciones y valores de su materia, la cual configura a este pasado en un cuadro cuya representación resultó fructífera para *nosotros*” (SIMMEL, 1950[1907], pp. 54-55, grifo do autor).

artístico do historiador segundo Simmel. O historiador-artista é capaz de compartilhar os significados atribuídos pelo objeto-sujeito e pelos sujeitos-observadores, ou seja, dá um significado universalmente inteligível (SIMMEL, 1950[1907], p. 76).

Este significado universalmente inteligível não é igual a um conhecimento histórico geral. Para Simmel, não existe um conhecimento geral, mas somente um conhecimento dirigido e sustentado por conceitos unitários determinados qualitativamente, ou seja, parciais. Este conhecimento se concretiza em quadros históricos múltiplos, de acordo com os fins do conhecimento vislumbrados pelo historiador e com os *a priori* históricos determinados por ele. Não somente a destruição do Eu idealizada por Ranke, mas também a destruição da individualidade destruiria a possibilidade do conhecimento histórico.

Na individualidade reside a diferença da História frente a todas ciências que têm em seu ideal a matemática. Na História, não basta um objeto que seja espírito em geral, mas que seja individualidade, que seja uma personalidade histórica que só pode ser compreendida psicologicamente, ou seja, por outra individualidade. Com isso, Simmel parece exaltar a importância do *a priori* histórico do personagem histórico e revelar uma especial atenção à ideia de individualidade durante o período Idealista. Ademais, a *Verstehen*, apesar de ter sido pouco trabalhada nos *Problemas*, é implicitamente central no processo de construção dos quadros históricos. A individualidade, peculiar à História, só existirá quando formado o personagem histórico a partir de uma personalidade histórica. Esta personalidade, individual ou coletiva, age na personalidade do historiador, de modo que a primeira seja compreendida e projetada pela segunda. A compreensão torna-se o meio pelo qual o conhecimento histórico torna-se possível, mesmo que Simmel não dê ênfase ao seu processo neste período.

A preocupação de Simmel com a permanência da individualidade na História avança para as questões de compreensão nos casos de personagens coletivos, que reúnem um grupo de pessoas, como “o partido” ou “o camponês medieval”, por exemplo. Para Simmel, é claro que a reprodução interior e projeção de individualidades é relativamente fácil de alcançar: é mais fácil compreender César, como uma personalidade histórica individual, que um ateniense regular. O desenho do indivíduo médio depende da situação específica histórica, como uma soma de qualidades simultâneas. Quanto mais clara a qualidade de unidade do Não Eu para o Eu historiador, mais segura e profunda é a unidade de apercepção do Eu historiador. Enquanto o desenho do personagem histórico de uma individualidade é criado tendo sua forma unitária como referência, o desenho do personagem histórico coletivo é criado com base nos fundamentos mais primários da existência, de modo que possam ser atribuídos a todos participantes do grupo.

Para Simmel, essa condição revela a vinculação travada pelo materialismo histórico com a concepção socialista do mundo. Já que o materialismo histórico considera que os movimentos das massas constituem todo o conteúdo da História, a compreensão da massa precisa estar baseada em motivações que possam ser encontradas em cada membro com segurança. Neste caso, a produção e reprodução da vida imediata. Ao proceder deste modo, o materialismo histórico desconsidera as diferenças entre os membros individuais e cria uma História somente com os aspectos que sejam comuns a todos, e para os quais os efeitos também são comuns a todos.

Este procedimento não é encarado por Simmel aqui como problemático. A intenção do autor parece ser exaltar os *a priori* envolvidos em uma Filosofia da História aparentemente objetiva e neutra. Simmel compara o materialismo com o idealismo para explicitar sua intenção. Para o autor, a filosofia idealista da história repete a redução aos aspectos comuns do personagem coletivo, mas o faz de modo invertido. Ao invés de traçar o que há de mais comum e básico entre os indivíduos, a filosofia idealista da história traça o que há de mais ideal entre eles, também desconsiderando suas particularidades. Para Simmel, ambos exemplos progridem à margem do problema que a individualidade coloca: o materialismo porque considera a matéria da vida no que ela tem de mais básico; o idealismo, porque se eleva acima da forma da personalidade, ao nível do conceito geral. Assim, “ambos compartilham a tendência metódica de determinar em princípio a reprodução interna do acontecer tomando da constituição e peculiaridade da vida pessoal somente o que é comum às pessoas”<sup>19</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 84). O primeiro analisa o que pode haver de mais básico nas motivações individuais; o segundo, o que pode haver de mais ideal nelas.

O problema que Simmel aponta é o fato destas perspectivas buscarem defender a objetividade de suas verdades no objeto de estudo, e não no sujeito que a cria ou naquele que a contempla. Utilizando o que há de mais geral, ambos defendem ter encontrado a verdade histórica no conteúdo, que é particular. O materialismo concebe o geral como o interesse homogêneo inerente a cada indivíduo. O idealismo coloca o geral por cima do indivíduo, naquilo que todos compartilham e que, ao mesmo tempo, não está nos indivíduos. De maneira oposta, Simmel defende que o problema individualista da História deveria colocar o fator geral que dá objetividade à verdade histórica do lado criador subjetivo, ou seja, ao lado do historiador. O papel do historiador é apresentar o objeto totalmente individual em uma forma

---

<sup>19</sup> Tradução livre de “ambos comparten la tendencia metódica de lograr en principio la reproducción interna del acontecer tomando de la constitución y peculiaridad de la vida personal sólo lo que es común a las personas” (SIMMEL, 1950[1907], p. 84).

totalmente geral para que possa ser reconstruída e compreendida pelas mais diversas pessoas (SIMMEL, 1950[1907], p. 84).

Em última instância, Simmel buscava desvelar o que ambas perspectivas não revelam explicitamente. Para o autor, mesmo que ambas apresentem suas teses como objetivamente verdadeiras através dos conteúdos históricos, elas têm seu princípio e fim nas intenções de seus criadores, como cientistas sociais ou filósofos. Em ambos os casos, o princípio objetivo-metódico, ou seja, a busca por uma verdade que seja segura, é também o veículo da compreensão psicológica. Cada uma delas é uma configuração do acontecido que tem seu ponto de partida em um conceito superior, o “mais geral”, no caso dos exemplos dados. Ao mesmo tempo, este conceito é utilizado como fonte de objetividade. Sendo assim, as teses históricas que aparentemente se opõem à simmeliana estão, na verdade, procedendo em conformidade com ela. Mesmo que ambas esforcem-se em não situar a compreensão psicológica frente ao individual e subjetivo, elas o fazem ao estabelecer motivações ou fins gerais para o conjunto dos indivíduos. Este geral lhes permite compreender com maior segurança os conteúdos correspondentes em cada alma, com o que há de mais primitivo ou divino nelas. O geral, enfim, permite-lhes representar uma imagem inteligível que reúne, por um lado, as motivações do personagem histórico coletivo e, por outro, do historiador como criador de conhecimento.

Na simplicidade do ‘geral’, dentro ou por cima dos veículos do acontecer, se associam a teleologia do suposto mais adequado à compreensão psicológica com a teleologia da unidade científico-objetiva; por menos que esta questione sobre as condições de sua realização anímica, permite, no entanto, essas condições, precisamente pela estrutura *psicológica* que a história adquire graças a elas<sup>20</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 86, grifo do autor).

Simmel resume esse procedimento com a ideia de teleologia. Para ele, ambas tendências associam a teleologia do *a priori* histórico mais adequado à compreensão psicológica com a teleologia da verdade científico-objetiva. Sua intenção com estes exemplos era explicitar que, por mais que o resultado dado como verdade não seja questionado quanto às condições de sua realização anímica, essas condições só são possíveis por causa da estrutura psicológica da história, a qual permite determinar um conceito unificador. Utilizando as noções expostas, o que Simmel conclui é que, ao determinarem como conceito unificador o “geral”, essas tendências têm em vista o reconhecimento das motivações internas e a verdade objetiva científica. Assim, elas formam um personagem histórico coletivo unitário

---

<sup>20</sup> Tradução livre de: “En la simplicidad de lo ‘general’, dentro o por encima de los vehículos del acaecer, se asocian la teleología del supuesto más adecuado a la comprensión psicológica con la teleología de la unidad científico-objetiva; por poco que ésta inquiera sobre las condiciones de su realización anímica, permite, sin embargo, esas condiciones, precisamente por la estructura *psicológica* que la historia cobra gracias a ellas” (SIMMEL, 1950[1907], p. 86, grifo do autor).

que tem validade científica. Este procedimento foi possível fazendo uso dos *a priori* psicológicos e históricos, assim como da compreensão.

Para esclarecer o significado desta conclusão, cabe um breve excursão em direção aos diagnósticos sociais feitos por Simmel à época. Neles, Simmel recorre ao dinheiro como símbolo de um traço psicológico próprio de uma consciência finalista, definido como “o fato de que meros meios para um fim [...] tornam-se afinal eles mesmos fins definitivos” (SIMMEL, 2013[1889], p. 13). Este é o traço psicológico humano decorrente da consciência finalista humana e que encontra no dinheiro<sup>21</sup> seu símbolo principal. Nos textos de diagnóstico do período Idealista (SIMMEL, 2013[1889]; 2013[1896]), o dinheiro aparece como conceito unificador, servindo a Simmel como uma categoria que tem um papel dual. De um lado, representa um traço psicológico relativo às personalidades e adequado à compreensão delas (transformar meios em fins). De outro, insere os fins vislumbrados pelo cientista social, influenciando nas escolhas dos conteúdos que reforcem a tese defendida. Do mesmo modo que o conceito unificador “geral” associava as duas teleologias, o conceito unificador “dinheiro” associa um traço particular e psicológico com um objetivo geral de conhecimento.

Com isso, o que Simmel parece enfatizar é a relação recíproca entre os *a priori* psicológicos e os *a priori* históricos no fazer História. No conhecimento histórico, o conceito unificador reúne os *a priori* psicológicos ao personagem histórico unitário, projetado com a compreensão dos fenômenos e preenchido pela lei do sentido. Esse mesmo conceito precisa carregar o fator subjetivo do historiador, limitado pelos conteúdos históricos e formas sociais e orientado pelos objetivos científicos em validar uma tese. Por meio do conceito unificador, as motivações da personalidade histórica são unidas às do historiador. Sendo assim, o conceito unificador é a principal categoria na investigação histórica.

Além dessa explicitação, também é interessante notar o uso do termo “teleologia” na conclusão de Simmel. Esta noção demonstra o enfoque de Simmel na ideia da ação individual sempre orientada a fins, seja do sujeito observado ou observador. Ademais, este enfoque prolonga-se para a noção de individualidade, tão enfatizada por Simmel neste período, inclusive pelo enfoque no personagem histórico.

Além do individual, Simmel demonstra profunda preocupação com as categorias envolvidas no conhecimento histórico. Durante o período Idealista, Simmel parte do

---

<sup>21</sup> Simmel utiliza um objeto como símbolo de um processo psicológico fundamentalmente humano. As caracterizações que ele fará quanto ao dinheiro representam processos psicológicos humanos. Esses processos psicológicos, antes internos, ficam expressos objetivamente em um dado externo.

pressuposto de que qualquer ciência utiliza categorias para satisfazer as necessidades de saberes específicos. Em todas elas os fatos adquirem uma ordenação que lhes dá uma nova forma de natureza peculiar e com suas leis próprias, pois “todo conhecimento é uma transposição do dado imediato a uma linguagem nova, com suas formas, categorias e necessidades próprias”<sup>22</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 54). Sua investigação filosófica idealista quer identificar e entender como funcionam estas categorias. Os demais procedimentos e conclusões, como a *Verstehen* e o entrelaçamento teleológico, são desdobramentos do funcionamento destas categorias.

Até aqui, estas categorias ficaram inscritas em dois tipos: os *a priori* psicológicos e os *a priori* históricos. Os *a priori* psicológicos são mais gerais e estarão presentes no conhecimento humano, que inclui a História. Eles são (1) a hipótese de que as ações exteriores são decorrentes de motivações interiores e (2) a hipótese de que a alma do outro é uma unidade presente e que dura ao longo dos processos anímicos. Os *a priori* históricos são aqueles utilizados pelo historiador e que influenciam no quadro histórico resultante, como supostos metodológicos. Eles são (1) o personagem histórico, (2) a lei do sentido, (3) o conceito unificador e (4) as formas de sociação. A *Verstehen* é apresentada como solução para resolver o problema da representação da personalidade histórica.

As ênfases e preocupações de Simmel mudam no decorrer de sua vida intelectual. As categorias são postas à margem das defesas agora mais centradas no próprio processo de compreensão e no conceito de vida. Além disto, a noção de teleologia é aos poucos substituída pela de interação e, a de individualidade, pela de vida. O movimento transitório desta mudança ocorre por volta de 1908, quando Simmel reflete sobre a Cultura e sobre os *a priori* envolvidos na sociedade. É a este período de transição conceitual que o próximo capítulo é dedicado.

---

<sup>22</sup> Tradução livre de: “todo conocimiento es una trasposición del dato inmediato a un lenguaje nuevo, con sus formas, categorías y necesidades propias” (SIMMEL, 1950[1907], p. 54).

## 2 CULTURAL: PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A transformação que ocorre do Simmel idealista para o vitalista é atenuada quando explicita-se as exposições conceituais do período de transição. No período Idealista os diagnósticos e defesas de Simmel tinham em mente a noção de ação orientada a fins e a ampliação do número de meios para atingir determinado fim, como o símbolo do progresso da cultura. Já no período de transição a cultura deixa de ser vinculada somente ao número de meios e passa a ser centrada na ideia de cultivo, alinhada à tradição alemã de uma *Bildung* em sentido amplo, e especialmente apresentada no texto *Da essência da cultura* (SIMMEL, 2013[1908]a). O cultivo é algo que está presente na estrutura do sujeito de maneira latente e emerge por meio de um processo entre sujeito e “objetos que lhe são exteriores” (BUENO, 2013, p. 173).

Para entender o que a introdução desse conceito significa, Simmel faz a analogia com uma árvore. De um lado, é possível fabricar um mastro dela. De outro, com a intervenção da vontade e intelecto humanos, é possível transformar uma árvore de frutos ácidos em comestíveis. No primeiro caso, o elemento natural é modificado com base em elementos exclusivamente externos à árvore. No segundo, o jardineiro desenvolve as possibilidades que já estavam ali. Assim, o progresso da cultura e do indivíduo ocorre, agora, por forças externas, como a inserção de mais meios já defendida no período Idealista, ou por potenciais internos, exclusivos dos sujeitos e defendida no período Cultural. Esta nova noção de progresso da cultura levará a dualidade entre cultura subjetiva e cultura objetiva (SIMMEL, 2013[1908]a). Elas serão importantes porque esclarecerão a diferença entre os *a priori* do entendimento (sejam psicológicos ou históricos) e as formas de sociação e os *a priori* sociológicos, assim como sinalizam a transformação subsequente para a dualidade entre formas e vida.

Os *a priori* sociológicos são apresentados no texto *Excursão sobre o problema: como a sociedade é possível* (SIMMEL, 2013[1908]b), no qual Simmel questiona quais seriam as categorias apriorísticas presentes nos próprios elementos sociais que fazem da sociedade possível:

os *a priori* sociológicos não de ter o mesmo duplo significado daqueles que “tornam possível” a natureza: por um lado, eles determinarão, quer mais completa, quer mais deficientemente, os processos de socialização efetivos como funções ou energias da corrente anímica; por outro lado, eles são pressuposições ideais, lógicas da sociedade perfeita (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 657).

Essa definição vai ao encontro da definição dos *Problemas* quanto aos *a priori* psicológicos, dada como “o *a priori* desempenha uma função dinâmica em nossa representação, é uma função real que está investida ou cristalizada num resultado objetivo

final, o conhecimento”<sup>23</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 21). Além disso, a analogia que Simmel utilizou para explicar o *a priori* sociológico foi com a lei causal, a qual atua no processo de conhecimento e é um sistema de verdade ideal. Esta analogia também foi utilizada nos *Problemas* para explicar os *a priori* psicológicos. Dessa forma, há sinais da aproximação conceitual de ambos. Por outro lado, ao introduzir os três *a priori* sociológicos no *Excurso*, Simmel os vincula diretamente às formas sociais, quando explica que fará um esboço das “condições ou formas de socialização que atuariam *a priori*” (SIMMEL, 2013[1908b], p. 658) na sociedade. As formas de socialização, por sua vez, foram tratadas como *a priori* histórico nos *Problemas*. Assim, explicita-se uma incongruência no entendimento quanto às categorias “formas de sociação”, se elas são psicológicas, sociológicas ou históricas. Ademais, esta incongruência conceitual leva a crer que o *Excurso*, incluído no período de transição, não pode ser utilizado como determinante para situar as formas de sociação no quadro conceitual posterior ou anterior. Simmel não deixa claro aqui se as formas de sociação são as categorias apriorísticas da sociedade ou formas apriorísticas da História. Dada esta ressalva, a apresentação subsequente dos chamados *a priori* sociológicos tem como objetivo estabelecer seus vínculos com a transformação relativa à *Verstehen*.

O primeiro *a priori* sociológico é explicado segundo a tese de que a imagem do Outro é desviante, pois sabemos que o Outro tem um-ser-para-si inacessível a nós e porque utilizamos categorias generalizantes para formar sua imagem. Assim, “para conhecer o ser humano, nós não o vemos segundo sua individualidade pura, mas sim o suspendemos, elevamos ou até rebaixamos por meio de um tipo universal” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 658). A combinação de categorias generalizantes resultará em uma imagem do ser que não é nem o Eu que deu forma a ele, nem o Outro, que foi a referência viva dessa forma:

a prática da vida nos impele a configurar a imagem da pessoa unicamente a partir de seus fragmentos reais (ou seja, das partes dessa pessoa que conhecemos [*wissen*] de maneira empírica); mas essa mesma prática está baseada naquelas alterações e complementações, nas reformulações daqueles fragmentos dados que levam à universalidade de um tipo e ao acabamentos da personalidade ideal (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 659).

Na sociedade, os indivíduos reúnem os fragmentos reconhecidos e completam os espaços que não são acessíveis, fazendo da imagem “algo que nunca pura e completamente somos” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 659). Os fragmentos reconhecidos compõem o *a priori* sociológico chamado “generalizações sociais” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 660). Quando da sociação, vemos e interagimos com o Outro com base em uma imagem dele que não será

---

<sup>23</sup> Tradução livre de “el a priori desempeña una función dinámica en nuestra representación, es una función real que está investida o cristalizada en un resultado objetivo final, el conocimiento” (SIMMEL, 1950[1907], p. 21).

totalmente ele – e também não será um ser ideal ou universal. É como enxergar o Outro coberto por um rótulo social, com o qual “nós não vemos o outro pura e simplesmente como indivíduo, mas sim como colegas, camaradas ou correligionários; em suma, como coabitantes de um mesmo mundo particular” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 660). Os complementos das lacunas deixadas pela combinação exclusivamente das generalizações ficam a cargo do segundo *a priori* apresentado.

O segundo *a priori* sociológico parte do pressuposto de que cada um é uma parte da sociedade, um ser-socializado, e ao mesmo tempo algo além disso, um ser-não-socializado, que carrega um ser-para-si inacessível. Diz Simmel (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 661) que o “o caráter compreensivo da sociedade como tal afeta até mesmo seres que nela não estão completamente compreendidos”. Nesse ponto, Simmel parece vincular o caráter compreensivo ao *a priori* do ser-não-socializado e, portanto, inacessível ao outro social, necessário no cenário em que “os indivíduos de fato se diferenciam entre si – exatamente como se diferenciam quanto às profissões ou quanto às situações sociais – de acordo com o grau daquele ‘algo-além-da-sociedade’ que se possui ou se admite concomitantemente com seus conteúdos sociais” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 661). É este pressuposto que dá nuances à personalidade e completa a imagem formada unicamente pelas categorias generalizantes como “comerciante” ou “militar”:

ainda que o conteúdo global da vida possa ser totalmente esclarecido a partir dos antecedentes sociais e das relações recíprocas, pode ainda assim, ao mesmo tempo, ser considerado segundo a categoria da vida individual, ou seja, como vivência do indivíduo e como algo orientado para ele (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 664).

As categorias da vida individual são diferentes das unicamente sociais. A vida pode ser entendida como direcionada aos indivíduos (sob as categorias da vida individual), ou como produto social (sob as categorias sociais). O indivíduo é ao mesmo tempo um ser para a socialização e um ser para si, e estas são instâncias da mesma unidade. O segundo *a priori* sociológico permite entender a sociedade como aquela que “consiste, antes, em seres que percebem a si mesmos, de um lado, como existências inteiramente sociais e, de outro, mantendo o mesmo conteúdo, como existências inteiramente pessoais” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 665). Apesar de não deixar exatamente claro, o que Simmel parece defender como o segundo *a priori* sociológico é a existência dessas categorias individualizantes que, reunidas às generalizações sociais, dão forma ao Tu como ser social. Esse ser social, por sua vez, é comparado à causalidade, que é uma unidade formada por causas e efeitos. No caso do ser social, formado pelas generalizações sociais e pelas particularidades individuais.

Simmel enfatiza o pressuposto de que o ser social entende que há um espaço social para ele, assim como há para qualquer outro ser social. Mesmo com a diversidade dos elementos, cada um percebe a sociedade como se cada ser tivesse lugar nela, emergindo como uma estrutura fenomenológica, definida como “a soma e a relação dos modos de existência e das realizações que cada um de seus elementos requer objetiva e socialmente” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 667). Este pressuposto é considerado por Simmel como o terceiro *a priori* sociológico. Com ele, a individualidade de cada um encontra uma posição no interior da estrutura social.

A vida da sociedade transcorre (quando vista não psicológica, mas sim fenomenologicamente, ou seja, puramente da perspectiva de seus conteúdos sociais como tais) *como* se cada elemento fosse de antemão determinado para ocupar seu devido lugar nessa totalidade; ela transcorre, de par com toda sua desarmonia em relação às demandas ideais, *como* se todos os seus membros mantivessem uma relação unitária uns com os outros, que haveria de referir cada um de seus membros [...] a todos os demais (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 667).

Em primeiro lugar, este *a priori* delimita o afastamento de Simmel da perspectiva psicológica do período Idealista em direção à perspectiva fenomenológica do período Cultural. Esta fenomenologia diz respeito ao entendimento do evento social como causa e consequência de outros eventos sociais, e não somente das motivações internas dos indivíduos. Esta fenomenologia tanto equaliza o papel dos aspectos objetivos e dos aspectos subjetivos na investigação humana, como delimita o entendimento das formas de socição.

A diferença e equalização entre os aspectos objetivos e subjetivos da vida social são esclarecidos com as definições de cultura objetiva e cultura subjetiva, explicitamente presentes no texto *Da essência da cultura* (2013[1908]a). Simmel inicia o texto apontando a natureza como um conceito utilizado para arranjar conteúdos, com o qual “são apreendidas certas facetas dos fenômenos, certas possibilidades de ordená-los em séries unitárias” (SIMMEL, 2013[1908]a, p. 77). Além dele, outros conceitos poderiam ser utilizados, como arte, religião e cultura. Quando o último é utilizado, o desenvolvimento causal suficiente na natureza fica agora limitado, pois a cultura também deve considerar os potenciais internos dos indivíduos, chamados por Simmel de “cultivo”:

todo cultivo é não apenas o desenvolvimento de um ser para além dos níveis formais atingíveis por sua mera natureza, mas também desenvolvimento na direção de um núcleo originário interno, consumação dessa essência, por assim dizer, segundo a norma de seu próprio sentido e das mais profundas direções de seus impulsos (SIMMEL, 2013[1908]a, p. 80).

O estado de cultivo é um estado da alma alcançado por um indivíduo que aproveita objetos que lhe são externos. Para Simmel, o exterior é físico e simbólico, sendo o último formado também pelas formações culturais. Em um plano ideal, para que o estado de cultivo

emerja, Simmel entende que precisa haver um entrelaçamento entre as forças teleológicas subjetivas e objetivas. As forças teleológicas objetivas podem ser vinculadas à definição de cultura objetiva, ou seja, as coisas elaboradas e consumidas pelos indivíduos tendo em vista a existência de uma cultura mais elevada. A cultura objetiva ocorre quando as coisas se desenvolvem para além do mero desenvolvimento natural e ganham autonomia frente às fontes que a criaram. As forças teleológicas subjetivas, por sua vez, podem ser vinculadas à definição de cultura subjetiva, ou seja, o desenvolvimento cultural alcançado por cada sujeito, individualmente. Nesse sentido, nos diagnósticos da modernidade deste período realizados por Simmel encontramos a centralidade do conceito de tragédia da cultura, condição na qual o desenvolvimento da cultura subjetiva não alcança a velocidade do desenvolvimento da cultura objetiva.

As formas de sociação são as formações da cultura objetiva. Como parte do diagnóstico de Simmel, não só aqui mas também nos textos sobre o dinheiro, as formas de sociação, como o costume, o direito e a educação, por exemplo, são formas que arranjam conteúdos sociais na realidade vivida e serão recurso metodológico para a Sociologia (SIMMEL, 2006[1917]). Este esclarecimento quanto às formas sociais é o que delimita a diferença de seu uso no caso da Sociologia e no caso da História. Na primeira, estas formas são, de fato, supostos metódicos para a Sociologia. Na segunda, elas são conteúdo de investigação, pois estão dadas como parte da realidade vivida que está sendo investigada. As formas de sociação que influenciaram personalidades históricas, por exemplo, devem ser consideradas na investigação do conhecimento histórico como fenômenos dados, que limitam a escolha dos conceitos unificadores. O complemento dado por estas noções do período Cultural às noções apresentadas no período Idealista levou a esta diferença epistemológica das formas de sociação.

Em segundo lugar, os dois textos do período Cultural considerados aqui iluminam a noção de *Verstehen*, que ainda permanece inalterada. Para diferenciar a unidade social da unidade da natureza, Simmel aponta que a sociedade se dá como o amor e a compreensão, um tipo caracterizado pelo fato de que os objetos da síntese social são seres autônomos que “resistem àquela fusão absoluta com a alma de um outro sujeito, diante da qual se entregam os objetos inanimados, aos quais falta um ‘eu’” (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 655). Apesar de não aprofundar este postulado, é possível entender que Simmel categoriza a compreensão aqui como uma relação unitária entre almas que não as funde por completo, o que estaria de acordo com os *Problemas*. No último, quando Simmel explica o *a priori* psicológico da unidade do Eu, ele deixa claro que essa unidade leva em conta a impossibilidade de acessar o

Outro em todas suas manifestações internas ou externas. Por causa desta inacessibilidade, seria necessário transpor o Eu para o Outro, de modo que ele se torne uma representação unitária (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 655). Esta transposição, por sua vez, não ocorre numa fusão completa. Nos *Problemas*, sua solução para dar unidade ao conjunto fragmentário do outro é a compreensão, ou seja, a projeção do Outro envolvida continuamente pelo conceito unificador. O postulado não desenvolvido no *Excurso*, por sua vez, não problematiza a compreensão, o que leva à conclusão de que a *Verstehen* seria um conceito dado e resolvido para Simmel.

Em terceiro lugar, o início do direcionamento para um caráter mais fenomenológico não é suficiente para uma ruptura com o período Idealista. Na conclusão do *Excurso*, Simmel retoma os *a priori* sociológicos utilizando novos termos, dentre eles a noção de teleologia:

o nexu causal que entrelaça cada elemento social no ser e fazer de todos os demais elementos e, assim, realiza a rede externa da sociedade – esse nexu se transforma em um nexu teleológico assim que observado do ponto de vista de seus suportes individuais, de seus produtores, que se sentem como “eus” e cujo comportamento brota do solo da personalidade que existe para si e que determina a si mesma (SIMMEL, 2013[1908]b, p. 669).

O “nexu causal” é o terceiro *a priori*, com o qual relacionam-se os elementos em sociedade. Este nexu se transforma em um nexu teleológico quando da presença dos outros dois *a priori*, ou seja, as generalizações sociais e as categorias individualizantes que formam o ser social. Com estes dois *a priori* o ser social não é somente uma intersecção de forças externas orientadas para o desenvolvimento cultural, mas é também sujeito que age em busca de determinado fim. A noção de teleologia, que demarca a dualidade meio/fim, permanece ligada à ideia de ação individual, central no período Idealista, mas agora é complementada pela dualidade cultura objetiva/cultura subjetiva.

Por fim, os textos deste período permitem vislumbrar, justamente, a transformação nestas dualidades. Simmel amadurece o entendimento de cultura e passa a entendê-la como uma consumação da alma que não acontece por ela mesma, mas somente quando essa alma faz um desvio pelas conformações do trabalho histórico-espíritual da espécie, determinando que “o caminho cultural do espírito subjetivo, que retorna a si mesmo, agora mais elevado e mais consumado” (SIMMEL, 2013[1917], p. 101). A elevação cultural continua acontecendo pelo aumento do número de meios, como foi defendido no período Idealista, mas agora há um foco no caráter subjetivo dessa elevação, contraposto ao objetivo.

O perigo do desenvolvimento cultural moderno passa a ser definido como a autonomização das formas objetivas da cultura. A cultura objetiva se coloca para o indivíduo com vistas a ser assimilada, mas o indivíduo demonstra uma capacidade limitada para essa

assimilação. A consequência disso é a sensação do homem moderno de estar sendo esmagado pelos elementos culturais, “uma vez que ele nem os assimila internamente, nem pode simplesmente recusá-los, pois pertencem potencialmente a sua esfera cultural” (SIMMEL, 2013[1917], p. 103). As categorias da história da filosofia, por exemplo, reconduzem a fragmentação da existência em uma unidade absoluta. Essas categorias estão sempre em par com uma categoria que a exclui. Assim, o fenômeno que não se submete ao conceito estará submetido ao seu contrário, não restando um terceiro lugar:

Em nenhum lugar se mostra de modo mais agudo do que no fracasso das alternativas conceituais até aqui logicamente válidas, e na exigência de um terceiro ainda não formulável, que nossos meios para gerir os conteúdos da vida mediante a expressão espiritual não são mais suficientes, que aquilo que queremos expressar não mais cabe neles, mas, ao contrário, os faz rebentar e busca novas formas que, por enquanto, anunciam sua secreta presença apenas como pressentimento ou como facticidade não interpretada, como demanda ou como tatear desajeitado (SIMMEL, 2013[1917], p. 109).

Contraposições como infinitude e finitude, liberdade e determinismo, absoluto e relativo, não parecem mais alternativas suficientes. Desta condição, Simmel arrisca apontar uma corrente que ele entende como comum a todas apresentadas, resumida com o conceito de “vida”. Para o autor, este conceito “parece ter penetrado nos mais variados domínios e começado, por assim dizer, a ritmar suas pulsações de maneira mais unitária” (SIMMEL, 2013[1917], p. 114):

Se há pouco intuímos que todos os fatos culturais, os mais afastados uns dos outros, são emanções ou meios, pulsações ou resultados do processo vital enquanto tal, agora todos os conteúdos de nossa consciência parecem novamente fundidos de maneira ainda mais tangível na crescente violência daquele fluxo (SIMMEL, 2013[1917], p. 114).

Essa corrente *vitalista* poderá fornecer aos conteúdos culturais objetivos novas comoções e possibilidades, adiando a sempre iminente crise entre cultura objetiva e subjetiva, agora representada pela relação entre forma/vida. As formas culturais, mais cristalizadas e complexas no casos das culturas elevadas, autonomizam-se e diluem a vida que, no primeiro momento, as criou. A vida, por sua vez, permanece re-criando novas unidades (SIMMEL, 2013[1917], p. 116).

As dualidades meio/fim do período Idealista e cultura objetiva/cultura subjetiva, do período Cultural, vão perdendo espaço para a nova dualidade inserida no período Vitalista: forma/vida. A importância da noção de vida conduziu o pensamento de Simmel à união das concepções da anterior Filosofia da Cultura com a Filosofia da Vida (BUENO, 2013). A noção de vida está aquém e além de qualquer forma cultural, em um fluxo contínuo, ainda que, para se expressar, precise interromper seu fluxo e se cristalizar em algo, pois, “sendo em si informe, ela só pode se manifestar em conformações determinadas” (BUENO, 2013, p. 176).

Esse “algo” no qual a vida precisa se cristalizar é a forma cultural, a forma objetiva que, por sua vez, reivindica uma ordem própria.

Com esse novo conceito central, a cultura passa a ser entendida como exteriorizações da vida (BUENO, 2013). A relação entre vida e cultura traz consequências para os dois polos da cultura. Na cultura subjetiva permanece a concepção da alma humana como além do que está num dado instante, mas esta alma ganha um prolongamento temporal com um presente que abarca tanto passado como futuro.

O que é decisivo na experiência temporal e também na vida, diz Simmel, é o contínuo extravasar do passado no presente (expresso na memória) e do presente no futuro (indicado pela vontade): o presente vivido define-se justamente por sua transcendência em relação ao presente (Simmel, 1999), e é essa realidade (não mais o cultivo) que assume cada vez mais a posição de critério central no diagnóstico simmeliano da cultura moderna (BUENO, 2013, p. 177).

A cultura objetiva, por sua vez, passa a ser entendida como exteriorização da vida, na tentativa de libertar-se das formas objetivas já existentes. Por isso, o progresso da cultura no período Vitalista se dá pela oposição geral entre forma e vida e na tentativa incessante da vida em expressar seu movimento na forma, inevitavelmente cristalizada<sup>24</sup>. Sendo assim, a produção intelectual de Simmel no período vitalista será construída ao redor do conceito central de “vida”.

---

<sup>24</sup> No período Idealista, chamado Teleologia por Bueno (2013), o progresso da cultura estava vinculado ao incremento de meios. No chamado período do Cultivo (BUENO, 2013), ou Cultural, como nomeado aqui, a oposição entre cultura subjetiva e objetiva é que demarca o progresso, caracterizado na autonomização da segunda. No Vitalismo, o progresso está associado à dinâmica entre vida e forma. Os mesmos exemplos utilizados por Simmel se transformam, “concebidas de início como instâncias do aprofundamento do processo teleológico e da técnica de vida, e em seguida como elementos da cultura objetiva em oposição à cultura subjetiva – surgem agora como precipitações da vida” (BUENO, 2013, pp. 177-178).

### 3 VITALISTA: A NATUREZA DA *VERSTEHEN*

A História passa a ser entendida no período Vitalista como como uma forma ou soma de formas realizada pelo espírito. A pergunta fundamental do ensaio *A forma da história* (SIMMEL, 2011[1918]a) “como o acontecimento se torna história” (p. 59) está de um lado relacionada à natureza da *Verstehen*, enfocando o que está envolvido nesse processo e, de outro, enfocando as transformações resultantes desse processo. O enfoque deixa de ser, portanto, as categorias que tornam a História possível e passa a ser o processo pelo qual o acontecimento torna-se história. Nesse sentido, a argumentação de Simmel aprofunda-se em duas direções: explicar o que é a compreensão histórica e explicar o que é a forma da história. Quanto à primeira, Simmel substitui o centro de sua investigação, antes dado nos *a priori*, pelos tipos de compreensão apresentados no ensaio *A natureza da compreensão histórica* (SIMMEL, 2011[1918]b). De modo geral, a noção de compreensão perde o vínculo direto com a representação projetada da personalidade histórica e passa a vincular-se diretamente à noção de vida. Na vida vivida, segundo Simmel, qualquer passo é dado com alguma consciência do passado. Com esta consciência o indivíduo analisa, sintetiza e classifica conceitos e séries, assim como os desloca e os enfatiza de acordo com o que tem em vista para o futuro (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 28). As categorias envolvidas nessa síntese trabalham a matéria da vida sob o aspecto prático, ou seja, são utilizadas de modo pré-científico porque estão orientadas para quaisquer outros fins que não o conhecimento científico. Já a História “aparece como ciência assim que tais categorias se libertam dessa função utilitária e constroem por si mesmas as imagens da vida passada, usufruindo da liberdade típica que nasce da curiosidade teórica e tendo um novo cuidado com sua completude e valor próprio” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 28). Neste caso, o que Simmel chama a atenção é que o historiador precisa completar as atitudes pré-científicas, orientando-as para os fins do conhecimento. Essa nova orientação resulta nas formas da história, em relação as quais Simmel preocupa-se em mostrar quais as diferenças delas frente à vida vivida, apontando quatro transformações na passagem de uma para a outra. Apesar da diferença de enfoques e nomenclaturas, é possível reconhecer similaridades com os períodos anteriores, como as analogias com a arte. A profunda similaridade entre os exemplos utilizados nas analogias com a arte obscurecem as verdadeiras mudanças conceituais decorrentes da análise das obras simmelianas consideradas aqui.

A natureza da compreensão é definida como uma relação entre duas mentes e como um “acontecimento fundamental da vida humana” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 27). Simmel

entende que a História, como disciplina científica que faz uso da compreensão, encontra seu modelo nas formas e métodos da prática da vida. Para o autor, “compreender São Paulo ou Luís XIV é essencialmente o mesmo que compreender alguém que conhecemos pessoalmente” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 28). A partir disto, Simmel apresenta o que entende como a natureza da compreensão oscilando entre sua prática ordinária e sua prática científica.

A estrutura de toda compreensão é a síntese íntima de dois elementos *a priori* distintos. Há primeiro um fenômeno real dado, que ainda não é compreendido como tal. Ao sujeito que observa esse fenômeno vem juntar-se um segundo elemento, que emana do sujeito ou é recebido e trabalhado por ele. Trata-se do pensamento em via de compreender, que penetra naquilo que primeiro era dado e agora vai sendo compreendido. [...] Essa relação fundamental se desdobra em três tipos característicos. Todos manifestam a passagem de uma forma pré-científica mais ou menos elaborada para a forma metódica da história científica (SIMMEL, 2011[1918]b, pp. 28-29).

Nesta passagem residem muitas chaves para o entendimento da *Verstehen* vitalista. Em primeiro lugar, cabe abordar a noção de *a priori*. A caracterização apriorística dos elementos envolvidos nesta compreensão determina que eles já existem separados antes do processo de compreensão. Deste modo, estes elementos apriorísticos não podem ser equiparados aos *a priori* anteriores, como formas de entendimento.

Em segundo lugar, cabe introduzir o que são os dois elementos apriorísticos. O primeiro elemento, chamado “fenômeno real dado”, mostra a permanência da aproximação com Kant e o significado desse elemento que ainda não foi compreendido: ele é um fenômeno que carrega algo para além de sua manifestação. Simmel chamará esse fenômeno envolvido na compreensão de “conteúdo”, os quais poderão ser externos, psíquicos e atemporais. Os conteúdos externos são as manifestações humanas para os cinco sentidos: gestos, expressões, palavras, cores etc. Os conteúdos psíquicos são as motivações internas e sentimentos, que podem ser atreladas aos conteúdos externos. Ao fazer uma expressão (conteúdo externo), posso interpretá-la como um sentimento de tranquilidade ou ódio (conteúdo psíquico). Os conteúdos atemporais, por sua vez, são as generalizações atemporais de um conteúdo psíquico. Poderei, por exemplo, compreender o ódio que percebo em determinado indivíduo a partir do vínculo ao conceito “ódio”, que é atemporal (SIMMEL, 2011[1918]a; 2011[1918]b). O segundo elemento envolvido na compreensão é “o pensamento em via de compreender”. Sua inclusão e ênfase na definição da estrutura da compreensão demarca a centralidade do sujeito que compreende no processo de compreensão. Esse sujeito terá suas próprias categorias, motivações e experiência de vida, assim como as têm o indivíduo compreendido. Dessa forma, a compreensão emerge como um processo de interação entre sujeitos e, portanto, capturado exclusivamente nas ciências humanas. Enquanto as ciências naturais e sua perspectiva mecanicista podem, e devem, ficar restritas à investigação de objetos estritos, ou seja, objetos

de investigação que não têm fazem uso de categorias, as ciências humanas lidam com objetos-sujeitos, ou seja, objetos de investigação que têm suas categorias, motivações e experiências. Para além da defesa da peculiaridade dos objetos de investigação, abordada também pelos hermenutas, Simmel pretende aqui salientar que a compreensão não é somente uma forma de penetrar o objeto-sujeito, mas sobretudo uma interação fundamental entre indivíduos.

Esta relação fundamental pré-científica, que existe independentemente de qualquer prática científica, divide-se em três tipos, os quais serão nomeados aqui como compreensão psíquica, compreensão evolutiva e compreensão objetiva. No detalhamento que Simmel faz destes tipos, o autor explora suas manifestações ora no campo científico, ora no não-científico. Por um lado, esta oscilação reforça a tese de que a compreensão é uma relação fundamental humana que deve ser praticada nas ciências humanas. Por outro, a falta de clareza quanto ao campo que está sendo explorado obscurece a delimitação da compreensão científica e seus tipos frente à não-científica. O que parece haver é uma diferença de grau entre elas. De qualquer modo, o autor sinaliza esta oscilação quando diz que todos os tipos que serão apresentados na sequência “manifestam a passagem de uma forma pré-científica [...] para a forma metódica da história científica” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 29).

O primeiro tipo de compreensão apresentado por Simmel é a compreensão psíquica, na qual o sujeito que compreende dedica-se a compreender as motivações psíquicas que levaram às manifestações apresentadas aos cinco sentidos. Ela relaciona, portanto, conteúdos externos e conteúdos psíquicos. Neste sentido, tem-se como um pressuposto o fato dos acontecimentos externos serem decorrência de motivações internas, “uma suposição que nunca poderemos verificar” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 29). Essa suposição nada mais é que o *a priori* psicológico já exposto nos *Problemas*. A diferença é que agora Simmel não se preocupa em defini-lo ou explorá-lo, mas somente apresentá-lo como dado.

Outra diferença que já pode ser contraposta aos *Problemas* é a advertência que Simmel faz aqui quanto ao vínculo errôneo entre compreensão e projeção. A compreensão psíquica não é igual à projeção dos acontecimento vividos em uma vida na outra. Para o Simmel vitalista, a ideia de projeção leva ao erro de supor a necessidade de identidade entre personalidade e historiador, já que o historiador precisaria reviver a experiência do outro. Se fosse assim, completa Simmel, nem a maior quantidade possível de documentos seria capaz de ultrapassar o obstáculo construído pela necessidade de viver o que o outro viveu, pois faltaria a identidade de experiências entre eles. Por outro lado, Simmel reconhece que a completa diferença entre o sujeito que compreende e o sujeito que é compreendido também

impediria a compreensão. Sendo assim, seria necessário um equilíbrio entre a igualdade e a diferenças de experiências de vida entre aqueles envolvidos na compreensão:

é precipitado concluir que o que sustenta a compreensão é a identidade entre sujeito e objeto. [...] certo grau de diferença entre as naturezas pode impedir a compreensão, mas isso não significa que a identidade baste para produzi-la positivamente. Pode-se dizer que a *diferença* das naturezas psíquicas, a partir de certo grau, emperra a compreensão da expressão do outro. Mas isso não prova que a *identidade* das naturezas produz a compreensão (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 31, grifos do autor).

Ao explorar o balanço entre a similaridade e diferença das experiências vividas, Simmel aponta para outro desentendimento acerca da compreensão psíquica entendida como projeção. Simmel explica que a ideia de projeção é associada à divisão entre corpo e alma: percebe-se o corpo e projeta-se a alma. O Simmel vitalista está mais inclinado a defender que o outro é percebido como um todo e, só por abstração *a posteriori*, é isolado dele um corpo e uma alma. Simmel entende agora que a percepção do outro como uma unidade é “o primeiro e geralmente decisivo conhecimento que se tem do outro” (SIMMEL, 2011[1918]b, pp. 32-33). Com isto, além do *a priori* psicológico da relação interno/externo, Simmel também tem como dado o *a priori* psicológico da unidade do Tu.

Simmel explicitamente critica a projeção, defendida no período Idealista e, ao mesmo tempo, mantém os *a priori* psicológicos. O primeiro aspecto é uma importante sinalização da diferença entre esta *Verstehen* e a anterior. O segundo aspecto o mantém subordinado às categorias. Tanto a compreensão psíquica vitalista defendida aqui, como a compreensão projetiva criticada, têm como premissa o “Tu”, quer dizer, “o outro imediatamente percebido como um Ser dotado de alma” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 37). Quando se parte de um conteúdo externo para compreender psiquicamente, a reflexão se fundamenta nessa categoria do Tu que, por sua vez, é o ponto de chegada do procedimento de compreensão.

A categoria do Tu, que é quase tão determinante para a constituição do universo prático e histórico como são a substância ou a causalidade para o universo das ciências naturais, não pode ser comparada a nenhuma outra. O Tu não pode ser definido como minha representação da mesma maneira que outro objeto qualquer: sou obrigado a emprestar-lhe um ser-para-si que só sinto em relação ao meu próprio Eu (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 37).

De um lado, o Tu dotado de alma é o nosso único par no cosmos e único Ser com o qual podemos nos sentir “um”. De outro, o Tu mantém uma independência de nós, tal qual foi exposto no *Excurso*, acerca da peculiaridade sintética da sociedade, da compreensão e do amor. Esse resguardo dos indivíduos se dá tanto na compreensão atual, presente, como na compreensão histórica, do passado. É, portanto, um tipo de compreensão que apreende a unidade pela unidade – apreende o Tu pela unidade pressuposta e objetivada do Tu. A compreensão psíquica, seja atual, seja histórica, recorre ao *a priori* da unidade do Tu e deixa

de lado, junto com a projeção, o *a priori* da relação interno/externo, que pode levar ao mesmo erro da projeção, ou seja, separar o que na verdade é uno em um Tu. Além disso, ao explicar como a compreensão psíquica acontece, Simmel abre espaço para o segundo tipo de compreensão, diferente e necessário para o primeiro tipo.

A compreensão evolutiva existe na relação entre dois conteúdos psíquicos, os quais repousam em dois seres unitários, diferente da compreensão psíquica, que é entre um conteúdo externo e um psíquico. Se disserem que um legitimista hanoveriano, por exemplo, *odiou* Bismarck depois de 1866, compreende-se o ódio, independente do conhecimento contextual do evento. No exemplo, a compreensão psíquica resultou na forma “legitimista hanoveriano”. Deste modo, é possível compreender o legitimista como motivado pelo ódio à Bismarck. Dada esta imagem de um legitimista que sente ódio, temos então a compreensão evolutiva entre o legitimista que sentiu ódio e o que compreende este ódio. A compreensão evolutiva se refere “a um conteúdo psíquico particular” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 39) e integra o mesmo processo psicológico seja aplicado à César, à Bismarck ou a um amigo atual.

Simmel prevê uma contraproposta aqui: seria possível compreender o referido ódio não psiquicamente, mas contextualmente, ou seja, compreendendo a guerra de 1866 e a anexação da Prússia. Para Simmel, mesmo neste caso a contextualização não é suficiente para a compreensão, pois tanto a guerra como a anexação precisam ser compreendidas a partir de conteúdos psíquicos como “apego a uma dinastia” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 39) e o “valor atribuído à independência política” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 38). A compreensão evolutiva “significa compreender essa realidade particular a partir da totalidade vital de seu portador” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 41), ou seja, ela depende da existência de um Tu, individual ou coletivo, que tenha motivações. A compreensão psíquica, por sua vez, é necessária aqui porque é com ela que se forma o Tu. Neste sentido, parece que Simmel simplesmente separa, analiticamente, o que nos *Problemas* estava unido: a formação do personagem histórico como ponto de partida e ponto de chegada da compreensão. O que o autor salienta agora, no entanto, é o processo pelo qual esses dois pontos são criados pelo historiador.

A nomenclatura de compreensão evolutiva se deve a outro elemento similar aos *Problemas*, que é a noção de evolução e o *a priori* histórico da lei do sentido. A compreensão agora vitalista determina que é preciso compreender o homem como um todo em todos seus momentos passados. Esse homem não é uma substância, mas uma “evolução viva” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 42). Simmel utiliza um exemplo no campo da arte para explicar:

se entendo o poema “Por que nos deste olhares tão profundos” segundo seu conteúdo e seu significado poético, essa compreensão será perfeitamente anistórica. Se, ao contrário, entendo o conteúdo e a atmosfera desse poema tendo como referência a

relação de Goethe com Charlotte von Stein, sabendo que o texto marca um momento muito particular na *evolução* dessa relação, então minha compreensão será de ordem histórica (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 42, grifo meu).

A compreensão evolutiva depende, portanto, de um personagem histórico que esteve em evolução, ou seja, que carrega seu próprio sentido e direcionamento de vida – no caso, Goethe. O caráter evolucionário e coerente existe na forma da história e na vida vivida. Para exemplificar, Simmel faz uso de um exemplo já utilizado nos *Problemas*: ao retomar a leitura de um livro que havia sido interrompida, logo conectamos os conteúdos como se não tivéssemos vivido no ínterim. Na verdade, os momentos da vida vivida que se desenrolam em continuidade lógica são muito breves. É mais rotineiro formarmos associações evolucionárias internas às diversas instâncias em que vivemos, como um “processo psíquico [que] constrói sua continuidade ao entrelaçar, de forma singular, séries cujos elementos são cronologicamente afastados uns dos outros, mas formam uma corrente coerente do ponto de vista da lógica do conteúdo” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 64). A *evolução* não é, necessariamente, de natureza teleológica, sempre orientada a um fim, mas sim obedece a uma lógica da vida. Simmel não se preocupa em definir a evolução, mas apenas salienta que ela existe na vida vivida e precisa existir na compreensão.

A compreensão do poema de Goethe, para retomar o exemplo de Simmel, será histórica somente quando o autor é considerado como um personagem histórico em evolução, que têm suas motivações transformadas de um período para o outro. Entre as possibilidades de hipótese que se pode formular sobre um desenvolvimento psicológico, uma delas será a verdadeira do ponto de vista da realidade, independente de sermos ou não capazes de estabelecer o critério que avalia qual é o verdadeiro e qual é o falso. Ao admitir a existência de uma verdade, Simmel introduz o terceiro tipo de compreensão necessário para a compreensão histórica. Tem-se a compreensão evolutiva, que se refere às intenções do personagem histórico em evolução, e a compreensão objetiva, que permite formar diferentes quadros.

Para ser completa, a compreensão precisa, além da psíquica e da evolutiva, da compreensão objetiva. Para Simmel, “seria absurdo tentar compreender a natureza das coisas a partir de sua evolução histórica se, de um modo ou de outro, não compreendêssemos essa mesma natureza” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 47). Para tanto, a compreensão objetiva relaciona os conteúdos psíquico e atemporal, ou seja, uma motivação interna particular e uma generalização atemporal. Para explicar isso, Simmel dá dois exemplos: um da história da filosofia e outro da história psíquica. A compreensão da afirmação “Caio é mortal”, uma vez que todos homens são mortais e que Caio é um homem, é independente da sequência temporal

de uma vida. A proposição conclusiva não é uma sucessão, mas uma relação interna aos objetos. Se essa relação interna não existisse, não reconheceríamos o desenvolvimento psíquico que a realiza.

Do mesmo modo acontece em relação à compreensão da filosofia kantiana. Simmel reconhece que para compreender Kant é preciso situá-lo no contexto histórico, no qual as filosofias anteriores fazem elos de ligação, orientadas para a filosofia kantiana. No entanto, é possível ligar as filosofias entre si de um modo não histórico, tão somente pela série lógica e objetiva que é compreendida, independente do momento histórico em que estão.

O racionalismo que descrê de toda experiência sensível e situa a verdade absoluta na razão *a priori*; o sensualismo que nega esta última e vê somente na experiência a fonte dos conhecimentos verdadeiros; a afirmação kantiana de que, como quer o empirismo, só a experiência pode oferecer um conhecimento objetivo, sendo que essa experiência já está informada pelos princípios racionais, os quais, por conseguinte, têm validade absoluta, mas apenas para os objetos da experiência e nunca para eles mesmos ou além deles – esses princípios têm uma ordem ideal que é determinada por seu sentido objetivo intemporal (SIMMEL, 2011[1918]b, pp. 48-49).

É preciso compreender o sentido dessa ordem por si mesma, independente das realizações psíquicas que levaram a ela ou de sua cronologia. Na verdade, a cronologia só faz sentido porque há uma relação objetiva lógica entre elas. Assim, o entendimento de “sucessão” precisa ser concebido como um reflexo dessa ordem objetiva atemporal, do contrário não seria possível reconhecer “o sentido da corrente vital nos sujeitos que os propõem e os realizam” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 49).

Nesse momento aparece o vínculo e a diferença entre a compreensão evolutiva e a compreensão objetiva, salientado pelo exemplo de Kant e a evolução de seu pensamento, a qual Simmel entende como migrando do dogmatismo para o ceticismo sensualista e, enfim, para o criticismo. O que nos faz dizer que uma posição “evoluiu” para a outra? A evolução não pode ser extraída da compreensão de uma pela outra; nem pode ser extraída da personalidade passada que viveu a exata experiência desse movimento. Ela só poderá ser extraída se houver um “sujeito ideal, fictício, cuja continuidade intelectual atravessa esses estágios e os liga uns aos outros” (SIMMEL, 2011[1918]b p. 50), *como se fossem etapas de uma vida em evolução*. A possibilidade de evolução no caso da compreensão objetiva pressupõe, então, o que agora Simmel chamou de “sujeito metodológico” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 50). Este sujeito é uma criatura ideal que percorre todas as criações de uma evolução que é compreendida do ponto de vista psíquico e que carrega uma ordem objetiva num desenrolar vivo, segundo o modo temporal.

Para esclarecer, Simmel dá outro exemplo no campo da arte. Se dizemos que a arte evolui, não queremos dizer que a “arte” se desenvolveu, ou seja, que ela mesma pintou

quadros. O que fazemos é hipostasiar um conceito auxiliar e criar um sujeito que tem, ele sim, a capacidade de se desenvolver. Com o sujeito metodológico, “as obras de arte particulares aparecem então como suas [do sujeito metodológico] expressões ou etapas. Descrevemos a evolução temporal desse sujeito apelando, mais uma vez, à relação puramente objetiva e intemporal que os momentos dessa evolução mantêm entre si” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 51). Mesmo nessa compreensão objetiva, portanto, é um sujeito que lhe dá sentido:

parece então que o ritmo, o movimento incessante da vida, é o portador formal da compreensão, até mesmo nas relações lógicas entre conteúdos objetivos, relações que permitem compreender a ocorrência concreta e viva dos conteúdos. O que é real e vivo nesse sujeito ideal é a transformação ou objetivação de um vida que sentimos em nós, uma vida supraindividual da qual seríamos mero exemplo (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 52).

Para a compreensão objetiva, portanto, permanece a exigência do *a priori* do personagem histórico, mas ele é uma criação do historiador e é chamado de sujeito metodológico. É com este *a priori* que os conteúdos compreendidos objetivamente não fecham-se em si mesmos, mas fazem parte de uma série contínua que evolui. A evolução não é algo que possa ser decomposto nem algo que depende de um elemento pré-fixado, mas “um ritmo dado pelo próprio movimento do espírito, um modo particular de crescimento interior” (SIMMEL, 2011[1918]b, p. 53). Assim, ela pode existir sem estar atrelada a uma personalidade histórica específica, mas tão somente à pretensão de compreender objetivamente a série.

O que leva à compreensão do acontecimento histórico, conclui Simmel, é a compreensão do seu desenvolvimento psíquico, ou compreensão evolutiva, e a compreensão objetiva. Ambas dependem da evolução psíquica que resulta no personagem histórico e no sujeito metodológico, respectivamente. O desenvolvimento psíquico do personagem histórico é concernente à evolução de uma personalidade histórica real, como Goethe ou Kant. Já o desenvolvimento psíquico do sujeito metodológico é concernente a um sujeito ideal, como o "escritor romântico" ou o "filósofo iluminista". Assim, com o novo conceito de sujeito metodológico, Simmel pode seguir com uma filosofia da história que abarca a compreensão, mas que não precisa de um sujeito real para ser possível. Aí se mantém a perspectiva vitalista, na qual a compreensão se dá na relação entre sujeitos, sejam personalidades históricas ou ideais.

O resultado da compreensão histórica será uma forma da história que recupera a continuidade do movimento da vida, do vivido. Para Simmel, o vivido é anterior à qualquer forma de atividade do espírito e expressa a relação humana primária com o mundo, a qual o sujeito experimenta como unidade. Com o conhecimento, e portanto com o conhecimento

histórico, o objeto conhecido torna-se “uma imagem independente na esfera ideal objetiva” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 58), separada do vivido. No entanto, por ser uma ciência que trata do vivido, ela precisa recuperar o movimento próprio do vivido. Logo, só há história quando as séries sistemáticas são concebidas como experiência vivida, seja a história de um indivíduo, de um grupo ou de uma entidade, como a arte. Por isso a necessidade de compreender e formar sujeitos, sejam personagens históricos, sejam sujeitos metodológicos.

A forma da história terá qualidades peculiares frente às outras ciências. Simmel as apresenta como quatro transformações que ocorrem no processo de produção do conhecimento a partir do vivido.

Uma dessas transformações é atribuída ao uso dos agora chamados conceitos intemporais (também chamados de conceitos centrais e de conceitos gerais). Na História, os acontecimentos contínuos da realidade vivida são decompostos em séries descontínuas, cada uma subordinada a um conceito intemporal (SIMMEL, 2011[1918]a, pp. 60-61). Simmel os considera atemporais por serem conceitos desvinculados da realidade psíquica investigada, contrapostos, portanto, com os conteúdos psíquicos. Na história política de um soberano, por exemplo, são retirados e escolhidos conteúdos vividos a partir do termo unificador “política”, um exemplo já utilizado nos *Problemas*. Simmel permanece enfatizando o caráter deliberativo no fazer história limitado pelos conteúdos ou pelos eventos. No entanto, ele estende a noção anterior de conceito unificador suportado agora pela noção de evolução. A subordinação dos conteúdos ao conceito geral deverá carregar um caráter de evolução interior que resulta em uma forma coerente. Para formar a série com sentido evolutivo, o historiador retira e reagrupa conteúdos, criando “a ficção de uma vida cujos conteúdos estariam alinhados pelo fio de *um* único conceito, ao passo que a vida real resulta de inúmeras séries interrompidas que provocam retornos e antecipações incessantes (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 66, grifo do autor). A analogia do fio e do tecido é a mesma utilizada nos *Problemas*. A vida vivida é como um tapete de inúmeros fios, cada qual com tamanhos diferentes, ligados reciprocamente em diversas camadas e, como um todo, formam um desenho. O fazer histórico é o mesmo que retirar um desses fios: a série ainda poderá ser contínua, devido ao conceito central que a movimenta, mas, sozinha, não poderá formar o desenho. A especificidade da história é trazer os conteúdos para fora do tecido da vida e, com eles, “formar com eles novas séries específicas, subordinadas a conceitos objetivos e respondendo às exigências do conhecimento (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 67).

A analogia com o tecido e seus fios, utilizada tanto nos *Problemas* como nos *Ensaio*s, deve ser interpretada de acordo com as sutis diferenças entre o que Simmel entendia como

realidade vivida e o que passa a entender como vida vivida. No primeiro momento, a analogia cabe no sentido mais material, na possibilidade em retirar fios ou partes do tecido da realidade vivida. No segundo, a noção de vida fluida resulta em uma profusão de metáforas líquidas como “irrigar” e “fluir”. A analogia com o tecido passa a ser interpretada em seu sentido holístico, no qual a retirada de um fio não representa a totalidade do desenho. Os “fios”, por sua vez, são quadro históricos específicos, explorados por Simmel como verdade histórica no período Idealista e agora como forma da história. A verdade histórica é uma transformação da realidade vivida, dependente dos fins construtivos do conhecimento, das categorias apriorísticas que emergem deste modo de conhecimento e dos conteúdos vividos. No período Idealista Simmel não tem a preocupação em recuperar o movimento contínuo da vida, como tem no período Vitalista. Nele, a forma da história terá uma continuidade devido à presença de um sujeito ideal na série, seja como sujeito metodológico, seja como figura histórica.

A segunda transformação que expõe a diferença entre vida vivida e forma da história é atribuída à formação do personagem histórico e do sujeito metodológico, submetida ao conceito geral determinado pelo historiador e ao conceito social, que é dado ao historiador. Ambos são necessários para dar uma forma unitária aos sujeitos criados. É interessante notar que aqui Simmel mescla o *a priori* histórico do conceito unificador (SIMMEL, 1950[1907]) e o *a priori* sociológico das generalizações sociais (SIMMEL, 2013[1908]). As generalizações sociais poderão ser usadas pelo historiador no mesmo sentido que o é pelo sujeito social: formar a unidade do outro a partir de fragmentos.

Com os conceitos sociais o historiador não vê o contorno puramente individual do sujeito histórico, mas coberto pelos aspectos gerais da situação social na qual se encontra. Ademais, o conceito geral também vela o puramente individual, tornando a figura histórica resultante mais desviante que aquela formada na interação social.

A terceira transformação que diferencia a vida vivida da forma da história é a noção de “presente”. Na vida vivida, parece que o presente tem uma exclusividade conceitual, adquirindo um lapso contínuo de tempo. Do ponto de vista prático, vivemos um movimento incessante orientado para a frente, no qual “a vida é uma corrente não reversível que vê cada instante resolver-se no seguinte. Designamos esse sentido como um movimento para a frente” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 87). A História, por sua vez, inverte essa relação. Ao invés de servir ao futuro, o presente que é vida passa a servir ao passado. A vida serve à compreensão do que aconteceu a partir de suas consequências. Com a perspectiva retrospectiva na História, Simmel introduz um novo *a priori* ao fazer histórico: “o interesse no passado como passado”

(SIMMEL, 2011[1918]a, p. 89). Ao contrário da vida, compreendida por suas causas antecedentes, o fato histórico é compreendido por suas consequências.

A quarta transformação que diferencia a vida vivida da forma da história está vinculada à essa inversão. Como produto da vida vivida, a História precisa manter o movimento “para frente”, mesmo tendo o *a priori* no passado. O procedimento que faz possível essa inversão é a utilização de “marcos” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 93), que são pontuações na linha temporal investigada, e de “estados” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 94), que são períodos entre um marco e outro. Os marcos permitem estabelecer uma linha artificial que recupera o movimento para frente, permitindo o trânsito do marco mais antigo ao mais presente. O estado, por sua vez, permite reconhecer uma relação homogênea entre os conteúdos circunscritos entre um marco e outro, principalmente pelo uso de um conceito geral.

O estado parece ter uma função próxima a do conceito geral, mas não idêntica. O conceito geral é intelectual e deliberado pelo historiador com vistas ao conhecimento. O processo de criação dos conceitos gerais é “o meio de esclarecer intelectualmente, de fixar e de justificar logicamente o fato de se tratar como idêntico o que não é. A ideia de ‘estado’ é um produto disso, entre outros” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 99). Não fica claro o quanto o estado é um conceito *a priori* ou uma intuição resultante do conceito geral. O que é certo para Simmel é que ambos demonstram a necessidade prática do espírito em “tratar as coisas não idênticas entre si como se fossem idênticas” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 97).

Podemos utilizar o que ocorreu no cenário político brasileiro em 2016 como exemplo. Nele, “política” é nosso conceito geral. Consideremos dois marcos: a vitória de Dilma Rousseff como presidente e o seu impedimento, com a votação no Senado, já expostos em um sentido para frente: da vitória ao impedimento, que formam um estado. A presidenta é uma personalidade histórica, que forma uma figura histórica. Além dela, outras personalidades ou sujeitos metodológicos poderiam ser utilizados. A todo o conjunto é possível dar-se o nome de Golpe, como uma imagem captada em um único olhar. No caso do procedimento do historiador, portanto, a escolha do conceito “política” é anterior à deliberação dos marcos, estados e tamanhos dos conteúdos, ainda que os três sejam dados pré-determinados. Por outro lado, também foi possível tratar esta imagem histórica como uma salvação para o contexto político brasileiro. Qual seria a imagem “verdadeira”? Segundo Simmel, ambas, pois o interesse do cientista é compreender como os indivíduos compreendem esse período histórico. Havendo indivíduos que o compreendem de formas distintas, e até opostos, o historiador deverá considera-las de modo a formas a imagem histórica mais próxima da realidade social na qual existiu.

Esta forma da história é comparada à arte por Simmel porque, para ele, a arte é facilmente capturada em um único olhar. No período Vitalista, Simmel justifica a analogia com a arte explicando que “quando se diz que o historiador esboça um ‘quadro histórico’, o motivo mais profundo da comparação não está na ‘semelhança’ do seu conteúdo com a realidade reproduzida, mas na afinidade que ela apresenta com essa forma que é a da obra de arte” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 104), também capturada em um único olhar. O quadro, portanto, não é idêntico à realidade, mas permite reconhecê-la. Para Simmel, a forma da história é um quadro que apreende parte da realidade e a reconstrói em uma unidade fechada, emoldurada. A retirada dos conteúdos de seu fluxo ininterrupto vivo, para formar a imagem, é condição inevitável. É como se formasse uma imagem, de um lado, fechada por uma moldura e, de outro, por uma justaposição de elementos sujeitos a um centro que os homogeneiza. Os elementos sujeitos a um centro equivalem aos conteúdos sujeitos a um conceito geral. Já a moldura é equivalente à noção de estado, vinculada à pontuação no tempo dos marcos.

O que influencia a determinação dos períodos são “as finalidades e os limites do conhecimento” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 106), ou seja, os *a priori* que participam da formulação da imagem histórica. Serão as finalidades e limites do conhecimento impostos pelo historiador que determinarão a forma, seus conteúdos e a extensão do período estudado e são os conceitos gerais que resumem, categoricamente, essas finalidades e limites do conhecimento. Uma ideia diretriz, ou *a priori* da forma histórica, pode mudar a divisão dos períodos, a extensão de cada unidade particular, a concentração em torno de um conceito ou de um aspecto central e a determinação de seus limites para estudo – sob responsabilidade do historiador. O historiador, comparado ao artista, recorta a paisagem para rearranjá-la em uma forma passível de captura em um único olhar. A divisão em períodos delimitados, a extensão das unidades particulares, a concentração em torno de um aspecto central e a determinação dos limites de estudo dependem das intenções históricas do historiador.

A partir do que foi exposto, o historiador adquire um papel central na criação da forma porque ele é quem escolhe o conceito central. No caso da história, a escolha do conceito será, inevitavelmente, influenciada mais pelos resultados dispostos no presente que pelas causas, já que o conhecimento histórico é retrospectivo: “pelo menos algumas de suas consequências estão presentes no espírito de quem a realiza, sob a forma de objetivos que o motivam” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 91). A partir da escolha do conceito central, o historiador poderá determinar e discernir sobre os elementos considerados, sejam eles conteúdos, marcos ou estados. Como série, haverá um conjunto de elementos e fica a questão: qual o grau de detalhamento ou de abrangência esses elementos deverão ter? E qual a quantidade ou espaço

“vazio” permitido entre eles? Quais devem ser mantidos e quais devem ser omitidos? Ao final, é o historiador quem carrega o “sentimento subjetivo” (SIMMEL, 2011[1918]a, p. 80) responsável pela decisão final quanto à unidade da forma criada.

O historiador como artista não só reforça a plasticidade da forma da história, como enfatiza a importância de quem determina esta plasticidade, pois, em todos eles, o que determina as escolhas não é o conteúdo, mas a forma pretendida pelo historiador. O resultado desse processo é uma forma da história, que poderia ser outra, se fossem outros objetivos. Essa forma, portanto, não é universal ou estática, mas muda de acordo com os objetivos de investigação e a perspectiva tomada.

A objetividade das ciências humanas reside no respeito aos conteúdos reais e às formas do conhecimento vislumbradas pelo cientista. Sendo assim, as diferentes formas da história poderão ser objetivas, mesmo não sendo idênticas entre si. O perspectivismo abarca esta possibilidade de múltiplas formas e as torna necessárias para realmente compreender o passado. É assim que o perspectivismo adquire um papel de justificativa e necessidade na investigação humana, o qual será aprofundado no capítulo seguinte.

#### 4 DESFECHO PROVISÓRIO: COMPREENDENDO A *VERSTEHEN* SIMMELIANA

O objetivo deste capítulo final é expor como Simmel via o perspectivismo como uma solução para o conhecimento científico humano. Para tanto, parte-se da retomada quanto ao significado da História para Simmel e seu objeto de investigação. Se no primeiro momento tinha-se uma História capaz de unir Lógica e Psicologia para estudar o desenvolvimento psicológico dos fenômenos, no período Vitalista tem-se uma História que é síntese de conteúdos, capaz de manter o caráter ininterrupto da vida vivida. Para o Simmel vitalista, o que importa na História, e em qualquer outra ciência humana, é a manutenção do caráter vivo da vida. Por isso, a noção de vida e seu papel central adquirido no período vitalista precisam também estar claros. A tensão entre vida e forma abrange a anterior dualidade entre cultura objetiva e cultura subjetiva, e entre meios e fins. Estas diferentes dualidades inseridas nos períodos levam às diferentes ênfases ao tratar da *Verstehen*. Enquanto no período Idealista Simmel utiliza a *Verstehen* para resolver o problema da representação da personalidade, no período Vitalista a *Verstehen* é uma relação fundamental humana, explicitamente apresentada tanto como pré-científica quanto científica. Apesar de Simmel não deixar claro quais procedimentos que diferenciam a compreensão científica da pré-científica, ele se preocupa em mostrar a diferença entre os seus resultados, ou seja, a diferença entre o que ocorre na vida vivida e o que ocorre na forma histórica, que é resultante do processo de compreensão. Essa diferença, que também foi trabalhada no período Idealista, mas rotulada de realidade vivida e de verdade histórica, ganha uma noção que, para Simmel, colabora para o conhecimento científico: o perspectivismo. O perspectivismo facilita a aproximação com a vida vivida porque enriquece o mosaico científico da realidade formado a partir de diferentes pontos de vistas, adquiridos por diferentes conceitos gerais escolhidos. Ainda que as analogias com a arte sejam muito próximas das utilizadas no período Idealista, é no Vitalista que elas servem para justificar esse perspectivismo e consequente pluralismo metodológico.

Ao longo do desenvolvimento de seu pensamento, Simmel muda seu entendimento quanto à História e seu objeto de investigação. No período Idealista, a História une as capacidades da Lógica e da Psicologia, sendo capaz de atribuir leis que dão conta do geral e do particular ao mesmo tempo. Seu objeto abarca os acontecimentos externos, entendidos como impulsos e reações da alma, como o exemplo da Basílica, que deve ser considerada como ponto de transição de séries intelectuais, volitivas ou afetivas, como um desenvolvimento psicológico. Simmel vinculou à realidade as noções de personalidade

histórica e formas sociais, tornando-as conteúdos sobre os quais o historiador trabalha, como exteriorizações reais – vinculando-os aos procedimentos provenientes da Lógica. À verdade histórica estão relacionadas as noções de personagem histórico e conceito unificador, próprios dos procedimentos da Psicologia.

No período Vitalista, a História passa a ser considerada como uma síntese singular, parecida com aquela que ocorre na vida prática, mas que utiliza categorias orientadas para os objetivos do conhecimento. A História como ciência tem o papel de recuperar o movimento da vida, perdido no processo do conhecimento. Seu objeto de estudo são os conteúdos externos, psíquicos e atemporais, que, pela compreensão, formam figuras, sujeitos e quadros da história. A historização da experiência vivida é, com tudo isso, a transformação do desdobramento real, absoluto e contínuo dos eventos em uma *imagem* que é, ao mesmo tempo, fechada por uma moldura e justaposta por elementos sujeitos ao fluxo do conceito central.

O desdobramento real, absoluto e contínuo é a vida, o conceito central no período tardio da obra simmeliana. A vida é um movimento contínuo que quer expressar-se em formas que, por sua vez, são rígidas. A conclusão geral do diagnóstico moderno, já no período Cultural, recai justamente na característica fundamental da própria vida: uma constante luta pelo movimento que é perdido na cristalização da vida em formas. As tentativas de expressão da vida desdobram-se em uma inevitável crise, pois a vida só se expressa pela forma, mas a forma rígida retira o caráter fluido da vida. Para além de um conceito geral, a vida é defendida nestes diagnósticos como espírito emergente. Quando a vida avança do animal para o espírito e deste para a cultura, manifesta-se uma oposição interna nos caminhos da cultura. A cultura passa a ser vista como o movimento criativo pelo qual a vida encontra sua exteriorização:

Eles [os produtos dos processos vitais] são estâncias da vida criativa, que, todavia, novamente os abandona, e da vida em seu fluxo, que, no fim, não encontra mais neles abrigo. Eles exibem uma lógica e uma legalidade próprias, um sentido e uma força de resistência particulares, num certo afastamento e autonomia quanto à dinâmica anímica que os criou (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 119).

Se a vida cria essas conformações que, por sua vez, fecham-se e pretendem ter durabilidade, e até atemporalidade, elas são formas necessárias para percebermos a vida como fenômeno. Existe uma tensão entre vida e forma que dá o caráter trágico também para a vida. Ao mesmo tempo que a vida só pode se expressar em formas, ela recusa transcorrer em formas. Para explicar, Simmel recorre a exemplos histórico-empíricos. Enquanto no período Idealista a tensão estava entre meio e fim, no Vitalista passa a ser entre vida e forma. A tensão entre vida e forma diagnosticada por Simmel no contexto moderno que observava também é considerada na sua Filosofia da História como uma tensão epistêmica.

Dentre os exemplos de Simmel em seus diagnósticos modernos estão os da ciência e da arte. Na ciência, Simmel percebe esse movimento de luta entre vida e forma no pragmatismo de William James. Antes dele, o conhecimento era dado como por uma ordem autorregulada, um “reino ideal do verdadeiro” (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 132). O pragmatismo surge questionando esse postulado e entende que é mais provável que as representações sejam verdadeiras ou errôneas de acordo com as consequências que têm na vida:

não existe, portanto, uma verdade independente de antemão, que só depois é, por assim dizer, tragada pelo fluxo vital para guiá-lo da maneira correta, mas ao contrário: entre os elementos teóricos a perder de vista que esse fluxo da vida engendra e que influenciam novamente e de modo retroativo sua direção, estão aqueles cuja influência está em conformidade com nossa vontade de [...] e são justamente esses que chamamos de verdadeiros, os que podem ser reconhecidos como corretos (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 133).

Nem os objetos por si mesmos, nem o entendimento soberano determinam o conteúdo de verdade, mas só a vida. Para Simmel, o pragmatismo é uma expressão do conflito insuperável entre forma e vida e uma expressão da última, que reclama sua soberania sobre uma forma aparentemente autônoma e indiferente a ela. Em última instância, o pragmatismo é utilizado por Simmel como um exemplo da maleabilidade das formas do conhecimento.

A impossibilidade de superar o conflito reside na necessidade de expressão da vida, que só é possível pela forma. A forma aparece como aquilo que carrega então o sentido ou valor autênticos de nossa existência. A verdadeira predestinação da vida é ser “uma luta em sentido absoluto” (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 143). Em nenhum outro desenvolvimento histórico houve lacunas entre a forma destruída e a emergente como na modernidade.

A noção de modernidade também muda ao longo da obra. Enquanto no período Idealista Simmel via um caráter moderno e psicológico na transformação dos meios em fins, no Vitalista a modernidade passa a ser a luta da vida por se expressar em forma. O período Cultural é fundamental neste sentido, pois é nele que Simmel amplia seu foco conceitual do indivíduo para as formas culturais. No período tardio, as formas culturais são expressões de uma vida que luta para derrubar as formas já estabelecidas. Assim, estas formas estão constantemente mudando.

Esta mudança das formas culturais passa a ser considerada por Simmel como o objeto da História, pois elas são o fenômeno social e objetivo sobre o qual o historiador poderá se debruçar. Em cada forma estão “os portadores e causas concretos” (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 120) de cada mudança. A forma é a expressão do processo da vida lutando contra suas próprias criações, que, uma vez externas, já não dão conta do ritmo ininterrupto da vida. A

contínua mudança dos conteúdos e estilos culturais é o símbolo da fecundidade da vida e de sua contradição, “na qual seu eterno devir e modificação se opõe à validade e autoafirmação objetivas de suas manifestações e formas, junto às quais ou nas quais a vida vive” (SIMMEL, 2013[1918]c, p. 120).

A noção de vida vivida como um fluxo ininterrupto leva a uma preocupação maior em identificar como é possível capturar esse movimento. Enquanto no período Idealista a pergunta “como a história é possível?” preocupa-se com as condições apriorísticas para o conhecimento histórico<sup>25</sup>, a pergunta “como o acontecimento torna-se história?” preocupa-se com o processo pelo qual as formas históricas são constituídas e transformadas.

No período Vitalista, as categorias apriorísticas são reorganizadas. Se antes pode-se entender que o conceito unificador era o principal conceito no conhecimento histórico, agora pode-se interpretar que é a categoria do (1) Tu. Esta transformação se inicia no período Cultural, quando Simmel apresenta os *a priori* sociológicos chamados aqui de generalizações sociais, categorias individualizantes e nexos causais. Com elas, o Tu fica esclarecido como uma relação recíproca entre o interno e externo de cada indivíduo, ou seja, entre o ser-socializado e o ser-não-socializado. Ademais, a partir da explicação dos tipos de compreensão, a centralidade na categoria do Tu fica mais evidente. Primeiro, a compreensão psíquica é fundamental para formar a imagem de um Tu, a qual foi compreendida psiquicamente pelo Eu, ou seja, suas exteriorizações foram interpretadas como motivações e sentimentos internos. Segundo, a compreensão evolutiva também tem um Tu, o qual é a imagem da figura histórica a partir da personalidade histórica. Por fim, a compreensão objetiva também depende de um Tu, mas neste caso um Tu idealizado pelo historiador, chamado sujeito metodológico, com vistas a manter a evolução que os tipos anteriores têm a partir de sujeitos reais. A compreensão objetiva precisa e forma um sujeito metodológico que desempenha o papel do Tu.

Ainda assim, o Tu não é o único *a priori* exposto por Simmel, e a *Verstehen* não é a única atenção dele. Os demais *a priori* envolvidos na *Verstehen* vitalista estão fortemente vinculados à forma da história, sendo eles (2) os conceitos gerais; (3) o passado, que atribui à

---

<sup>25</sup> O foco em categorias salienta a influência kantiana do período Idealista. Elas foram apresentadas como psicológicas, chamadas (1) a relação interno/externo e (2) a unidade do Tu; e históricas, chamadas (1) o personagem histórico, (2) a lei do sentido, (3) o conceito unificador e (4) as formas de sociação. Dentre elas, o conceito unificador é o que une Lógica e Psicologia, o que possibilita a verificação da validade histórica com o personagem e com o quadro histórico. O conceito unificador é o elo entre os fins do conhecimento e os fins que motivaram a ação das personalidades. A *Verstehen* deste período não é equiparada a uma categoria particular. Ela parece ser um meio necessário para compreender a personalidade histórica que, projetada em personagem, faz parte da verdade histórica. Até o período Cultural é possível entendê-la como uma projeção da alma do outro, uma projeção das motivações da personalidade histórica feita pelo historiador.

História um sentido retrospectivo baseado em consequências; (4) os marcos, que recuperam o sentido para frente da vida. Além destes *a priori*, Simmel reitera a presença de conteúdos reais do passado, que limitam a escolha ou uso das categorias históricas, sendo eles (1) os estados e (2) as formas de sociação. As formas sociais são claramente consideradas como objetos da história no período Vitalista. Como formas da cultura objetiva, são expressões fenomênicas da cultura subjetiva, ou seja, das motivações internas dos indivíduos. Elas são os conteúdos materiais com os quais a História pode trabalhar (SIMMEL, 2013[1918]c).

A *Verstehen* vitalista ultrapassa a compreensão da personalidade histórica do período Idealista e dá conta da continuidade evolutiva própria da vida. No período Idealista, a ação humana é entendida como sempre direcionada a fins e a compreensão nada mais é que compreender a correlação entre meios e fins da ação individual de um personagem histórico. Em seguida, a ação humana não é entendida como somente orientada a fins e a compreensão precisa abarcar a multiplicidade da interação humana. Como resultado, há diferentes tipos de compreensão que abarcam as totalidades dos sujeitos, reais e ideais, mas também as formas sociais e culturais. Sendo assim, a compreensão extrapola o sujeito e abarca a cultura, seja subjetiva ou objetiva. A *Verstehen* vitalista enfoca mais o processo de compreensão como fundamental às relações humanas que as condições da história científica, fundamentadas em categorias do conhecimento.

Por todo o período em que Simmel refletiu sobre a Filosofia da História, ele buscou ultrapassar as limitações que percebia no realismo e no idealismo históricos. Em certa medida é surpreendente a permanente postura crítica frente ao realismo histórico, já que Simmel reorganiza profundamente seu quadro epistêmico. Ao realismo, sugeria a importância subjetiva da investigação, ainda que soubesse das consequências relativistas dessa posição. Ao idealismo, indagou com maior atenção quanto aos fatores apriorísticos que configuram o material oferecido pela experiência (EDITOR, 1950). No primeiro momento, seu posicionamento enfocou na necessidade de categorias e a consequente impossibilidade de replicar a realidade vivida. No segundo, dá ênfase ao processo responsável pela formação dos quadros históricos, salientando o aspecto criativo e vivo dessas formas.

No entanto, no final do ensaio quanto à natureza da compreensão (SIMMEL, 2011[1918]b) o autor abarca o perspectivismo e entende que nem realismo, nem idealismo estão corretos. No encerramento do ensaio, Simmel já dá sinais do seu entendimento quanto à verdade histórica e realidade vivida, pois as perspectivas vitalista e mecanicista são modos opostos de interpretar a compreensão psíquica. A decisão sobre qual é a melhor dependerá de

qual corrente filosófica o investigador está inserido. Idealmente, ambas são necessárias para enriquecer o mosaico histórico.

A analogia com a arte é utilizada por Simmel para explicar o tipo de objetividade envolvida na investigação humana. Durante o período Idealista, a analogia expõe a possibilidade que a História tem de pintar diferentes quadros, nenhum dos quais representa a realidade vivida tal qual ocorreu. Sua objetividade reside no entendimento universal capturado pelos diversos olhares que a contemplam. Assim, o que torna a verdade histórica objetiva é o fato de ela ser observada e capturada por diferentes olhares, e não por ela ser uma cópia da realidade. A busca pelo “realmente acontecido” é motivada por uma confusão de entendimento entre realidade vivida e verdade histórica. Para o Simmel idealista, são as categorias apriorísticas que tornam essa captura possível. Sua intenção era deixar claro que os objetos do conhecimento são alcançados pelas formas do conhecimento, o que, inevitavelmente, constitui a realidade vivida.

Neste ponto a analogia entre historiador(a) e artista, tantas vezes feita por Simmel, é de fato significativa. Para Simmel, toda criação espiritual é uma obra de arte – inclusive as formações do cientista. Na arte, existe a transformação da vivência em um sucesso de validade geral. Essa universalidade não é no sentido de que representa uma pluralidade de objetos, mas que, independente de quem a contempla, apreende de alguma maneira seu sentido e valor. Essa é a objetividade da obra de arte, na qual “um processo criador tomou a forma do espírito objetivado [e] os diversos tipos de compreensão são igualmente justificados se forem convincentes, exatos, objetivamente satisfatórios” (Simmel, 2011[1918b], p. 43).

No período Vitalista, a fonte de objetividade migra do olhar de quem contempla o quadro formado para a natureza do objeto de investigação e da própria compreensão. Neste período, Simmel procura deixar claro que ao entender o ser humano como determinado pelas interações com outros seres humanos, as ciências humanas demandariam um modo de observação ajustado à apreensão desta peculiaridade (SIMMEL, 2006[1917], p. 20). Dado o que foi apresentado, a compreensão seria este novo modo de observação capaz de capturar o que a vida tem de singular. No entanto, ela é apresentada não só como uma via metodológica da História, mas como uma relação fundamental entre sujeitos ordinários. Sendo assim, a *Verstehen* não seria solução metodológica para o problema das ciências humanas, mas, antes disso, ela seria o aspecto que faz com que as ciências humanas precisem de um método próprio. Considerando a *Verstehen* como uma relação fundamental que se dá entre sujeitos sociais, ela precisa ser abarcada pelas ciências que investigam estes seres sociais. Por ser uma

relação singular a este campo, surge a necessidade do método que a capture. Este método, por sua vez, poderá ser defendido como um tipo de *Verstehen*, como o foi por outros autores.

Neste sentido, a analogia com a arte muda um pouco sua razão de existir. Simmel entende a expressão artística agora como uma expressão da vida em forma. Utilizando o exemplo do expressionismo, o autor o entende como uma comoção do artista que é imediatamente repassada à obra. Essa expressão é puramente interior, não se submetendo a formas exteriores já dadas. É a vida lutando contra a forma já estabelecida (SIMMEL, 2013[1918]c). Na arte se articula algo que está além da arte. Em toda grande obra, e em todo grande artista, está contido algo mais profundo. Em alguns casos, isso se ajusta à forma já existente; em outros não. Nestes casos, parece que a forma artística geral foi subjugada por algo diferente.

Com o quadro histórico acontece o mesmo. Existirá uma pluralidade de imagens possíveis – os mesmos conteúdos poderão ser arranjados em diferentes formas. Essa pluralidade depende das motivações dos objetos-sujeitos e da forma já pretendida pelo historiador, no caso da compreensão científica. Desse modo, a forma da história é limitada pelos conteúdos, mas aceita e requer certo grau de liberdade do(a) historiador(a) para formar a unidade de compreensão. O resultado objetivo, mais próximo possível da realidade vivida, deveria estar embasado em uma multiplicidade de pontos de vista.

Nesse sentido, o perspectivismo colabora com a verdade, e não o contrário. Não existe um conhecimento absoluto, mas só um conhecimento que está dirigido e sustentado por conceitos determinados. Nenhum conceito determinado, mesmo científico, dará conta de todas possibilidades.

A ênfase na escolha do conceito geral pode levar ao engano de vincular o perspectivismo somente ao sujeito metódico. Para Simmel, na vida existe constante movimento e completa conexão, onde tudo está ligado a tudo. Entre os elementos sociais, essa conexão eleva-se para a interação, a qual possibilita e é possibilitada pela compreensão. Para Simmel,

entender que o ser humano, em toda a sua essência e em todas as suas expressões, é determinado pelo fato de que vive interativamente com outros seres humanos deve levar a um novo modo de observação em todas as chamadas ciências do espírito. (Simmel, 2006[1917], p. 20).

Simmel não se preocupa em explicar qual o procedimento científico prático desta compreensão, nem em esclarecer se a *Verstehen* é, de fato, este modo de observação. Na verdade, quando Simmel tratou de método, ainda nos *Problemas*, ele o fez salientando a

impossibilidade de definir um caminho metodológico. Para ele, o cientista é como o artista, o qual tem um *estilo* metodológico próprio e único.

O método se parece muito com o estilo no terreno da arte, que é um procedimento geral que dá solidez e justifica a tarefa individual e a exime de uma de sua responsabilidade. É como uma rota traçada de antemão em que transitam homens com destinos diversos, e agora a cada um cabe o trabalho de abrir seu próprio caminho. [...] Os grandes pensadores têm seus métodos próprios, como o grande artista em seu próprio estilo<sup>26</sup> (SIMMEL, 1950[1907], p. 134).

As nuances técnicas dispostas pelo investigador deveriam ser aceitas e não renegadas em um ideal único de caminho metodológico possível. Desse modo, o que deveria importar na reflexão metodológica é o movimento do pensamento, o *modus operandi*, mais do que o *opus operatum*. Esse foco no processo vai ao encontro do conceito tardio de interação:

O importante não é o pensamento, mas o pensar da totalidade, não os conteúdos, mas o processo do pensamento, o movimento filosófico do espírito aventureiro que adota sucessivamente diferentes pontos de vista em relação ao real e os encadeia uns aos outros sem se prender dogmaticamente a nenhum deles, já que a verdade está no movimento do pensamento, nas relações funcionais que ele estabelece entre as perspectivas, e não no conteúdo, nas teorias e nos dogmas (Vandenberghe, 2005, p. 67).

Simmel entende a multiplicidade de olhares pela multiplicidade de relações e conclui que não se poderá chegar a um método porque não se poderá chegar a uma verdade absoluta isenta de perspectiva. A única verdade é a intenção colocada pelo sujeito ou objeto-sujeito ao criar algo – uma intenção que não será apreendida totalmente pelo investigador. Nesse sentido, “a ‘forma’ do procedimento vale tanto ou mais que o ‘conteúdo’ a que se chega, pois este só é de um determinado modo enquanto resultado de um procedimento; fosse de outro modo e ele poderia ser diferente” (Waizbort, 2013, p. 21).

Se não há um método, nem a *Verstehen*, nem qualquer outro modelo poderia ser defendido como método por Simmel. Não há na ciência um cálculo exato que replique a realidade. Nela, se compreende o objeto de acordo com suas normas e categorias, com suas condições particulares da sua problemática científica. Não há um caminho único, um único método. O investigador usa vários, a seu modo e de acordo com seus objetivos científicos. O que restaria a ser feito seria observar os quadros formados e questioná-los. As diferentes perspectivas sobre a vida vivida é o que a aproxima do conhecimento científico. Com isso abre-se espaço para questionar como este perspectivismo não cai em um relativismo ingênuo. Para Vandenberghe (2005), o perspectivismo de Simmel é um relacionismo, no qual a

---

<sup>26</sup> Tradução livre de “el método se parece mucho al estilo en el terreno del arte, que es un procedimiento general que da solidez y justifica la tarea individual y la exime de una parte de su responsabilidad. Es como una ruta trazada de antemano que transitan hombres con destinos diversos, y ahora a cada uno el trabajo de abrirse su propio camino. [...] Los grandes pensadores tienen sus métodos propios, como el gran artista tiene su propio estilo” (SIMMEL, 1950[1907], p. 134, nota de rodapé).

verdade é uma “correlação entre perspectivas que, mais do que se oporem ou se contradizerem, se atraem e se completam” (Vandenberghe, 2005, p. 68).

Considerando deste modo, Vandenberghe aponta que o que Simmel defende é um pluralismo metodológico, um termo também utilizado por Lukács (2006[1918]). Para Lukács, este pluralismo põe em dúvida a validade absoluta de enunciações particulares. Já Vandenberghe (2005) defende essa posição opondo-se às interpretações de Boudon, pois “contrariamente ao que afirma Boudon, (...), a tarefa do historiador não consiste em explicar a ação por meio de boas razões, mas em compreender a pessoa em sua unicidade” (pp. 14-15).

Para Boudon (1994[1986]), a proposta de Simmel é ter o individualismo como princípio metodológico de explicação na história e nas ciências sociais. Esse individualismo não deveria ser confundido com atomismo, já que os fenômenos sociais, como produtos de ações individuais motivadas, fazem parte de um contexto que também os influencia. Sendo assim, o fenômeno social é resultado tanto do contexto social como da ação individual.

Sendo o fenômeno social resultado das ações e do contexto, suas causas só poderão ser descobertas quando se fizer uso da compreensão das ações. No entanto, nem todos os casos serão passíveis desse princípio. Boudon (1994[1986]) exemplifica com a tentativa de entender uma batalha: não será possível estudar todos soldados, individualmente. Diferente de impedir a investigação, essa impossibilidade apenas impediria o acesso às causas primeiras. Isso não significa que o historiador não estaria fazendo ciência. Ele estará, mas precisará definir seus objetivos de investigação e seus critérios para valor verdade (Boudon, 1994[1986], p. 160).

Boudon (1994[1986]) está de acordo ao determinar na definição dos objetivos de investigação os critérios de valor verdade. Isso nada mais é que a definição do conceito geral e da forma buscada. No entanto, ele dá a entender que o objetivo primeiro seria a busca de causas, as quais só poderiam ser encontradas nos casos extremamente particulares. Isto está em desacordo com o quadro de Simmel, pois mesmo os indivíduos não podem ser considerados como partículas últimas. Para Simmel, mesmo o indivíduo, que têm sua experiência subjetiva de vida (o vivido) e formando-se como ser social, será composto por múltiplos elementos. Sendo assim, suas motivações, como conteúdos, não são as causas primeiras, por que já elas estão em interação recíproca e simultânea na vida.

Já a explicação de Vandenberghe (2005) parece mais adequada, pois nela o autor enfatiza mais o conceito de interação que de indivíduo como primordial à defesa simmeliana. O que Vandenberghe parece fazer é justificar a necessidade das múltiplas perspectivas no relacionismo ininterrupto da realidade. No entanto, o autor justapõe as noções de interação,

relacionismo e pluralismo metodológico, deixando dúvida sobre as reais diferenças de significado entre eles – se houve.

O princípio da oposição das formas e dos conteúdos aparece como um princípio de organização e de unificação da multiplicidade do real, enquanto o princípio da interação, que prescreve ao pesquisador multiplicar as formas e as perspectivas que unificam os conteúdos, aparece como um princípio que conduz diretamente ao relativismo cognitivo (Vandenberghe, 2005, p. 59).

Ao meu ver, relacionismo, interação, compreensão e pluralismo metodológico são ideias distintas no quadro tardio simmeliano. O relacionismo é a característica própria da vida, na qual há um movimento contínuo e ininterrupto. Ele é a própria vida. Nesse movimento, os conteúdos e formas de natureza humana estão relacionados reciprocamente, estão em interação. O movimento contínuo e interacional impossibilita capturar a realidade viva em toda sua completude. Sendo assim, o melhor modo de proceder é tomar diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno, ou seja, diferentes pontos que interagem com seu conteúdo. Quanto mais perspectivas, mais próximos da realidade viva. Ademais, a pessoa que investiga fará uso de diferentes procedimentos, de acordo com seu estilo metódico.

O termo *pluralismo metodológico* cabe em Simmel porque o autor aceita diferentes possibilidades metodológicas e, inclusive, não define um único método claro. O que Simmel investiga é o olhar dos sujeitos, *como* eles compreendem e *como* geram as formas. Para olhar, ele utiliza categorias. Do olhar, ele forma imagens. O conjunto completo das categorias que usa, ou a verdade das imagens que forma, não é estritamente apresentado, pois além de não serem seu objeto de estudo, elas serão dinâmicas e mutáveis por causa da interação e de acordo com o interesse desse olhar na compreensão. Deste modo, o perspectivismo de Simmel fica submetido aos diferentes estilos metodológicos de cada cientista, aos objetivos de conhecimento traçados por estes cientistas e aos objetos de investigação destes cientistas, que são formas culturais em constante transformação.

Os resultados alcançados poderiam sugerir que Simmel não possui um modelo epistemológico capaz de ser tratado como ciência rigorosa, o que iria ao encontro das críticas que lhe foram traçadas. Ademais, o delineamento ensaístico de um método que pode ser múltiplo e variado também poderia representar a ausência total de aplicabilidade. Uma tal conclusão, entretanto, pressuporia a existência de um padrão científico dado, incapaz de ser satisfeito por Simmel. Este trabalho, entretanto, caminhou em um sentido oposto, isto é, o de mostrar na obra de Simmel uma reflexão sobre a natureza mesma das ciências humanas: suas condições de possibilidade, especificidade e incapacidade de ser apreendida pelos padrões de objetividade das ciências naturais.

Conclui-se com a retomada da motivação inicial e mais geral deste trabalho, qual seja, a de contribuir para a discussão epistemológica em ciências humanas. Nela, a *Verstehen* foi apresentada como uma estratégia de penetração no objeto de estudo. A possibilidade de interpretação dos pontos de vista levava ao problema do perspectivismo e deixava dúvida quanto à objetividade científica neste tipo de investigação; afinal, como seria possível encontrar uma verdade objetiva e universal, no sentido positivista? A partir desta explanação específica sobre Georg Simmel, o perspectivismo não aparece como um problema, seja no período Idealista, seja no Vitalista, pois o autor sempre manteve uma postura que abarcava a multiplicidade de resultados de investigação. Nos *Problemas*, Simmel mostrou que os tipos, conceitos e sínteses das séries constroem um reino de conhecimento que não poderia ser substituído por um conhecimento das particularidades na sua realidade e causalidade, por mais preciso que fosse. Para o autor, esta conclusão não é contraditória, mas coerente com o tipo de objeto com o qual estas ciências lidam. Equivocada seria a pretensão de descrever a realidade “como realmente aconteceu”, pois ao realizar a investigação histórica, o historiador, fazendo uso dos *a priori* psicológicos e históricos, modificava a realidade vivida. O intuito de Simmel era deixar claro que os objetos do conhecimento são alcançados pelas formas do conhecimento e, conseqüentemente, transformados. Nos *Ensaio*s, a justificativa do perspectivismo embasa-se não somente nos *a priori* do historiador, mas também na natureza do objeto de investigação, que passa a abranger as formas culturais. A multiplicidade de formas da história se deve pela transformação ininterrupta da vida vivida, dos objetos-sujeitos e das formas culturais. Sendo assim, a noção de objetividade científica é modificada se comparada à objetividade das ciências naturais, a qual reúne em um quadro uma multiplicidade de particulares. A objetividade científica de Simmel reside nos sujeitos das ciências, e não nos sujeitos que são objeto de investigação. Um quadro histórico será objetivo se puder ser capturado por uma multiplicidade de observadores. Esta noção de objetividade e a justificativa para o perspectivismo pode agora ser comparada a dos demais intelectuais do grupo que Simmel participou, como Dilthey e Weber. Uma investigação mais ampla permitiria apontar com maior propriedade a posição de Simmel no grupo e como ele dialoga com seus contemporâneos.

Além da contribuição geral, tem-se respostas para as hipóteses traçadas no início. Primeiramente, ficaram delineados dois quadros epistêmicos simmelianos. Apesar de já existirem sugestões de divisão de sua obra, elas ficavam restritas ao campo da teoria social. Agora, temos a possibilidade de compreender o desenvolvimento teórico do autor em um sentido mais amplo e mais profundo. A sistematização da explanação ensaística de Simmel,

tendo como pressuposto a existência de mais de um quadro epistêmico, poderá ajudar a melhor interpretar seus diagnósticos sociológicos. Via de regra, Simmel é considerado um pensador único, e seus diagnósticos são investigados sob uma única perspectiva. Neste caso, é primordial uma revisão dos diagnósticos a partir do esclarecimento quanto aos seus quadros epistêmicos.

Admitindo-se dois quadros epistêmicos, foi inicialmente levantada a possibilidade de que houvesse diferenças na concepção de *Verstehen* de um quadro para outro, ou de um período para outro. Esta segunda hipótese também foi confirmada. A *Verstehen* do período Idealista é um meio necessário para projetar o personagem histórico, o qual se apresenta como um dos *a priori* históricos necessários para formar a verdade histórica. Com isso, ela fica restrita a um procedimento realizado pelo historiador. A *Verstehen* do período Vitalista, por sua vez, ganha um papel central na reflexão simmeliana sobre as interações sociais. Neste período, a compreensão não é somente um processo científico, mas é, antes de tudo, uma relação fundamental humana que pode ser dividida, analiticamente, em três tipos: psíquica, evolutiva e objetiva. Como procedimento científico, ela é realizada de um modo muito próximo à pré-científica, diferenciando-se na postura do historiador, que a realiza traçando objetivos de conhecimento. No entanto, Simmel não deixa claro um modelo a ser seguido para a realização da compreensão científica. De certo modo, o caráter obscuro do processo é adequado ao pluralismo metodológico, com o qual cada cientista deve decidir sobre seus métodos. Neste sentido, cabe aprofundar a investigação feita aqui com o objetivo de vincular os quadros conceituais de Simmel com as investigações humanas que o próprio autor realizou, reconhecendo e delineando o uso da compreensão em seu estilo metodológico.

Por fim, a *Verstehen* como relação fundamental emerge como a peculiaridade que reside no objeto de investigação das ciências humanas. Neste sentido, a necessidade por um método peculiar a estas ciências se deve porque seus objetos de investigação, como seres sociais em interação, compreendem. A *Verstehen* continua sendo uma estratégia de investigação para Simmel, mas ela é, antes de tudo, uma relação fundamental da vida humana. A sistematização feita aqui levou ao desvelamento dos quadros epistêmicos simmelianos, das noções de compreensão e da justificativa do perspectivismo, contribuindo para enriquecer a discussão epistemológica das ciências humanas.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Literatura primária

SIMMEL, G. Sobre las condiciones internas de la investigación histórica. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Filosofía de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Nova Buenos Aires, 1950[1907], p. 13-86.

\_\_\_\_\_. Da essência da cultura. In: BUENO, A. O. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013[1908]a, p. 77-88.

\_\_\_\_\_. Excurso sobre o problema: como a sociedade é possível. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, 2013[1908]b, p. 653-672.

\_\_\_\_\_. A forma da história. In: \_\_\_\_\_. **Ensaaios sobre teoria da história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011[1918]a, p. 57-107.

\_\_\_\_\_. A natureza da compreensão histórica. In: \_\_\_\_\_. **Ensaaios sobre teoria da história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011[1918]b, p. 27-56.

### Literatura secundária

BECKER, H.S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOUDON, R. The Problemas of the Philosophy of History. In: FRISBY, D. **Georg Simmel. Volume II**. Oxford: Routledge, 1994[1986], p. 157-172.

BUENO, A. Posfácio – Simmel e os paradoxos da cultura moderna. In: BUENO, A. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013, p. 145-182.

CAT, J. The Unity of Science. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/scientific-unity/> Acesso em: 5 de setembro de 2014, 2013.

COLLINGWOOD, R. G. Simmel. In: Collingwood, R. G. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 265-267.

EDITOR. Notas de esta edición. In: SIMMEL, G. **Problemas de Filosofía de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Nova Buenos Aires, 1950, p. 257-261.

FERRATER MORA, J. Verstehen. In: FERRATER MORA, J. (Org). **Dicionário de Filosofia**, Tomo IV (Q-Z). São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 3009-3010.

FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J.J. **Metodologia filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREUND, J. **As teorias das ciências humanas**. Lisboa: Socicultur, 1977.

GUEROULT, M. O método em história da filosofia. **Sképsis**, v. 3, n. 12, 2015[1970], p. 160-170.

HUGHES, E.C. **Men and their work**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

LEVINE, D. Introduction. In: LEVINE, D. (Ed.). **On Individuality and the Social Forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

LITTLE, D. **Tributaries of the philosophy of the social sciences**. Disponível em: <http://understandingsociety.blogspot.com.br/2008/06/tributaries-of-philosophy-of-social.html> . Acesso em: 5 de setembro de 2014, 2009.

LUKÁCS, G. Posfácio à memória de G. Simmel. In: SIMMEL, G. **Filosofia do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1918], p. 201-210.

REIS, J.C. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1996.

SIMMEL, G. Para a psicologia do dinheiro. In: BUENO, A. O. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013[1889], p. 11-28.

\_\_\_\_\_. O dinheiro na cultura moderna. In: BUENO, A. O. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013[1896], p. 51-70.

\_\_\_\_\_. As grandes cidades e a vida do espírito. **MANA**, v. 11, n. 2, 2005[1903], p. 577-591.

\_\_\_\_\_. O problema do tempo histórico In: \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre teoria da história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011[1916], p. 9-26.

\_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006[1917].

\_\_\_\_\_. A crise da cultura. In: BUENO, A. O. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013[1917], p. 77-88.

\_\_\_\_\_. A concepção vitalista e mecanicista da compreensão. In: FILHO, E.M. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983[1918], p. 87-89.

\_\_\_\_\_. O conflito da cultura moderna. In: BUENO, A. O. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013[1918], p. 77-88.

\_\_\_\_\_. Journal Aphorisms. In: \_\_\_\_\_. **The view of life: four metaphysical essays with journal aphorisms (versão Kindle)**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010[1918], p. 2772-3118.

SCHNÄDELBACH, H. **Filosofía en Alemania: 1831-1933**. Madrid: Ediciones Catedra, 1991.

SHERRATT, Y. **Continental philosophy of social science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STUEBER, K. Empathy. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/empathy/#Con> . Acesso em: 5 de setembro de 2014, 2014.

VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Simmel**. Belém: EDUPFA, 2005.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2013.

WOLFF, K. Introduction. In: Wolff, K. (Ed.). **The sociology of Georg Simmel**, New York: Free Press, 1950, p. xvii-xli.